DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, terça-feira, 20 de junho de 1972 — ANO V - Nº 92

Mais verba para conclusão do Hospital de Taguatinga

Para o prosseguimento das obras do Hospital Distrital de Taguatinga, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal transferiu à NOVACAP a importância de 1 milhão, 313 mil e 11 cruzeiros.

A quantia total destinada pela Fundação ao HDT no corrente ano atinge, assim, a cifra de 5 milhões, 830 mil e 981 cruzeiros.

Mais quatro Escolas de 1° Grau no Guará

Cerca de três mil crianças residentes no Guará poderão ser matriculadas em mais quatro Escolas de Ensino de 1° Grau, a partir do segundo semestre deste ano.

As novas unidades escolares, que obedecem a um padrão estabelecido pela Secretaria de Educação e Cultura, estão com as obras concluídas e em fase de arremate e limpeza geral. Cada escola integra um conjunto com área construída de 2.500 metros quadrados, composto de quatro blocos interligados.

Os estabelecimentos de ensino têm uma grande área coberta destinada a recreio ou pequenas atividades esportivas; dez salas de aula; quatro salas destinadas a Artes Industriais; Artes Plásticas, Educação Musical e Educação para o Lar; e dependências para administração, laboratório, biblioteca, cantina e banheiros. (BI)

Quando substituir um fuzível queimado por outro, e que este fundir-se também, recorra a um profissional para inspecionar o circuito elétrico.

V CONFERÊNCIA DE EDUCADORES DO DF INICIADA COM ESTUDO DE CURRÍCULO

O Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, Professor Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros, abriu ontem pela manhã os trabalhos da V Conferência de Educadores, promovida pelo Conselho de Educação, e que estará sendo realizada nesta Capital hoje e amanhã, quando o Governador Hélio Prates da Silveira, na qualidade de Presidente de Honra, dirigirá a solenidade de encerramento.

O importante encontro, destinado a estudos centralizados em "Currículo para o ensino de 1° Grau, de acordo com a Lei Nº 5.692", reune numerosos educadores do Distrito Federal e de outras unidades da Federação.

Ao discursar ontem, instalando os trabalhos, o Secretário Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros, após saudar os participantes do encontro, ressaltou a significação da Conferência pelo alto nível técnico-profissional de seus participantes e pela relevância e atualidade dos temas a serem estudados, tais como preceitos gerais de currículo, caracterização de currículo de 1° Grau, (uma experiência do Rio Grande do Sul), Educação Artística e a parte especial do currículo de 1° Grau, e, finalmente, Orientação Educacional e parte especial do currículo de 1° Grau, além de uma exposição sobre "Administração por Objetivos".

O Secretário de Educação passou a direção dos trabalhos, a seguir, à Conselheira Clélia de Freitas Capanema, Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal, que falou inicialmente sobre "a instrumentalidade da educação para o ajuste do Homem às exigências do viver e do conviver em sociedade" como sendo o "denominador comum dos que fizeram a pré-história da educação, "passando pelos contemplativos orientais" "percorrendo as magníficas elaborações dos gregos; observando a praticidade dos romanos ou a religiosidade da Idade Média, até chegarmos ao Renascimento - vestíbulo da educação moderna, que é caracterizada pelo domínio da Natureza com espantoso desenvolvimento da ciência em todos os instantes mais significativos da História da Humanidade". Falou, também sobre o conteúdo da Lei Nº 5.692/71 "que inova na explicitação dos objetivos da escola de 1° e 2° graus, indicando a necessidade de mais sintonia com a realidade sócio-econômica. Não se trata de uma reforma e sim de uma atualização de mecanismos de que a escola vai utilizar-se para educar qualitativa e quantitativamente, segundo o modelo brasileiro de sociedade emergente, consciente e ciosa de suas potencialidades, de sua individualidade inconfundível e de sua soberania".

A Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal assinalou, ainda, vários outros aspectos técnicos contidos na Lei Nº 5.692/71, e se referiu ao elevado nível da V Conferência de Educadores, rendendo homenagem especial aos participantes do encontro, principalmente aos conferencistas Dra. Lady Lina Traldi, Professora Lisia Helena Nagel, Professor Paul José Morais Machado e professores Zilá Maria Guedes Paim, José Antônio Ramalho, Lúcia Alencastro Valentim, Josephina Desounet Baiocchi e Maria Isidora Bofill, concluindo: "que os nossos objetivos sejam atingidos para que possamos, na nossa área de atuação, repetir com o Presidente Médici: "Haveremos de revelar, nos anos que hão de vir, a verdadeira dimensão de um novo Brasil".

PRECEITOS GERAIS DO CURRÍCULO - A Psicóloga Lady Lina Traldi, de São Paulo, dando início ao programa de conferências, falou sobre "Preceitos Gerais do Currículo" analisando, um a um, os diversos tipos de currículo que classificou e ilustrou com filmes alusivos.

GRUPOS DE TRABALHO - Durante a tarde, vários Grupos de Trabalho se reuniram para análise e estudo do tema central da Conferência: "O Currículo de acordo com a Lei Nº 5.692".

I.R.: "Diário Oficial" publica relação de contribuintes faltosos

A Delegacia da Receita Federal em Brasília avisa aos contribuintes - Pessoas Jurídicas - que não apresentaram Declaração de Rendimentos relativa ao exercício de 1970 ano-base 1969, que o "Diário Oficial" do dia 14 do corrente publicou a relação dos contribuintes faltosos, intimando-os a comparecer à sala 2004 do Conjunto Nacional Brasília, a fim de apresentarem Declaração de Rendimentos relativa àquele exercício.

Lembra, por outro lado, que o não comparecimento no prazo fixado implicará no cancelamento automático do CGC-Cadastro Geral dos Contribuintes, além de outras penalidades previstas em lei, relacionadas com crédito bancário, concorrências, subvenções e outras. (DRF)

Telefonia móvel será inaugurada em Brasília no mês de agosto

Já se encontra em Brasília, vindo de São Paulo, todo o equipamento necessário à montagem da telefonia móvel nesta Capital.

O material, cujo custo é da ordem de dois milhões de cruzeiros, deverá ser montado imediatamente.

O sistema deverá ser inaugurado em agosto próximo, para funcionamento em veículos automotores, atenderá inicialmente a 50 assinantes. (BI)

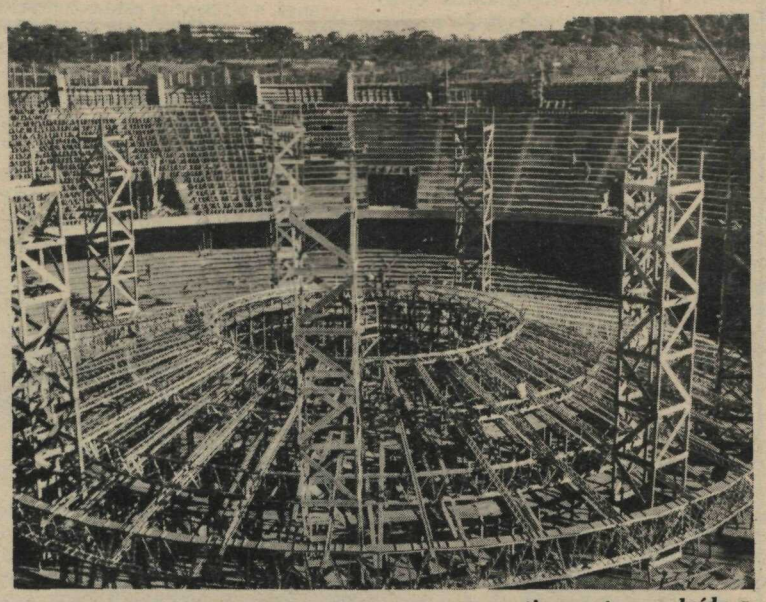
Páscoa do Gari

Na sede do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, na Avenida das Nações, realizou-se sexta-feira a Páscoa dos Garis.

O ato religioso foi celebrado pelo Arcebispo de Brasília, Dom José Newton de Almeida Batista, acolitado pelo Padre Jacques, da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus.

Presentes o Secretário Paulo Fonseca Viana, dos Serviços Públicos; o Superintendente do SLU, Sr. Paulo César Cuntim Filpo; o Sr. José Aparício de Godói e funcionários do órgão e seus familiares, num total de 700 pessoas.

Após a Missa, foi realizada uma visita às instalações da Usina de Tratamento e de Industrialização de Lixo. (R)



***GINÁSIO DE ESPORTES** - Já se encontra praticamente concluída a concretagem do Ginásio de Esportes de Brasília, na área onde serão instaladas as cadeiras, pisos inferior e superior, tribunas de honra e da imprensa, salão nobre, muro de separação das quadras e dependências para os atletas. No momento, estão sendo montadas as formas das arquibancadas, que vão receber a massa de concreto nos próximos dias. No interior do Ginásio já está sendo montado o módulo central da estrutura metálica. Segundo o cronograma, até meados de agosto próximo deverá estar concretada toda a estrutura e fixada a cobertura metálica do Ginásio, num diâmetro de 140 metros. Com capacidade para 20 mil espectadores, o Ginásio de Esportes de Brasília terá 15 mil lugares nas arquibancadas e 5 mil cadeiras. (R)*

Oficiais-Alunos da ECEMAR em viagem de estudos aos EUA.

Comitiva de 64 Oficiais-Alunos da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, chefiada pelo Major-Brigadeiro Hamlet Azambuja Estrela, encontra-se nos Estados Unidos, percorrendo Bases e estabelecimentos da Força Aérea Americana e fábricas de aviões.

A visita objetiva proporcionar aos Oficiais-Superiores da FAB um conhecimento mais direto dos diversos setores da USAF e estreitar os laços de amizade entre as Forças Aéreas do Brasil e dos Estados Unidos. (AN)

1972

SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Núcleos rurais de Sobradinho ganham mais quatro escolas

Sobradinho já conta com quatro novas escolas rurais.

Localizadas nos núcleos rurais de Engenho Velho, Córrego do Ouro, Ribeirão e Boa Vista, as novas escolas foram construídas através de convênio entre a Administração Regional de Sobradinho e a Fundação Educacional do Distrito Federal.

Com área de 168m, as escolas recém-construídas substituem os antigos locais de ensino em construção de madeira e até mesmo pau-a-pique.

As novas escolas da zona rural de Sobradinho, além das salas de aula, têm anexos para residências das professoras. (BI)



NOVOS ABRIGOS EM PONTOS DE ÔNIBUS - A construção de mais 135 abrigos em pontos de ônibus está sendo providenciada pela Coordenação de Serviços Públicos. As obras já foram autorizadas pelo Governador Prates da Silveira, em recente despacho com o Secretário Paulo Fonseca Viana, de Serviços Públicos. De acordo com as prioridades estabelecidas, serão construídos inicialmente 23 abrigos no Plano Piloto, sendo 13 na Asa Norte, 5 na Asa Sul e 5 na Estrada-Parque Indústria e Abastecimento. Todos no mesmo padrão dos existentes na Asa Sul. Para as cidades-satélites os abrigos obedecerão a um novo tipo que está em experiência na Ceilândia e que é visto na foto. (BI)

Concorrências na Cenabra

A Central de Abastecimento de Brasília continua recebendo propostas para concorrência que realizará, de 16 lojas comerciais e um supermercado. Também poderão apresentar propostas à CENABRA, as firmas interessadas na execução dos serviços de vigilância, conservação e limpeza do local.

Os interessados deverão procurar a direção da CENABRA, no período de 8 às 12 horas, diariamente, na sala 301 do Edifício Ariston, no Setor Comercial-Sul.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - **Coordenação do Sistema de Racionalização e Produtividade - Divisão de Documentação. Diretor Responsável: J.P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília - 12º andar, telefone 24-1303. Composição e impressão Oficinas do "Correio Braziliense", Setor de Indústrias Gráficas, telefone 23-3450. Assinatura anual: Cr$ 30,00 , número avulso 0,20. Brasília, Distrito Federal.**

Construção de estradas no DF tem rigorsa análise de solo

O Laboratório de Análise de Solos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal foi ampliado, passando a contar com mais dez salas, num total de 800 metros quadrados de área. O Laboratório funciona no Parque Rodoviário do DER, localizado na Estrada de Sobradinho.

Todo terreno trabalhado pelo DER, na construção de estradas, é pesquisado no Laboratório, antes de ser iniciada a construção.

O material é retirado pelo pessoal de campo e levado à análise para verificação dos índices de compactação e umidade, passando por diversos exames geológicos para atingir ao padrão exigido pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

As pesquisas são iniciadas no subleito, passando pelas diversas fases até ser aferida a qualidade da capa asfáltica. As obras só são iniciadas após a liberação, pelo Laboratório, dos exames de solo da região.

Todo o trabalho é executado por uma equipe de engenheiros e técnicos do DER-DF. (BI)

Semana de Prevenção contra Incêndios

Durante a Semana de Prevenção Contra Incêndios, com início a 26 do corrente, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal promoverá demonstrações técnico-profissionais em seus quartéis.

Para as apresentações estão sendo convidados os alunos das escolas de Brasília e das Cidades-Satélites.

Da programação constarão torneios de futebol de campo e de salão, dos quais participarão equipes do Estado-Maior das Forças Armadas, do Exército (Batalhão de Guardas Presidenciais), da Marinha (Grupamento de Fuzileiros Navais), da Aeronáutica (Polícia da Aeronáutica), Polícia Militar do Distrito Federal, do "Correio Braziliense", da TV-Brasília e do Brasília Motonáutica Clube.

No dia 29 de junho, na Igreja Memorial Batista, o CBDF fará realizar um Culto Congratulatório. E, no dia 2 de julho, haverá Missa Campal na sede do 2º Grupamento de Incêndio.

No próximo dia 2, "Dia do Bombeiro Militar", serão encerradas as comemorações com a entrega de troféus e medalhas aos vencedores dos torneios. (BI)

Festa dos Estados

É cada vez menor o espaço que nos separa da Festa dos Estados e cada vez maior a motivação que a ela nos conduz.

À guisa de promoções prévias, com vista a este movimento gigantesco de solidariedade humana, foram realizadas 36 e, o êxito das mesmas, foi inegável. Encerrando - com fecho de ouro - esta série de promoções, a Barraca do Rio Grande do Sul - coordenada por D. Irma Prieto e com a ajuda direta de D. Norah Corsetti, Yolanda Borges Fortes, Magda Brum, Maria Luiza Fagundes e Gessiê Beckman, e tendo como "Patronesses" as senhoras Neda Triches e Estela Perachi Barcellos - vai homenagear o Presidente Médici e D. Scyla, com um jantar, para 600 pessoas, no Clube das Forças Armandas. Durante o jantar - CAIBOATÉ - conjunto de Danças Folclóricas de São Gabriel, Rio Grande do Sul - fará um "show" de danças gauchescas, argentinas e oriental-uruguaia.

A Festa dos Estados de 1972 será inaugurada oficialmente no próximo dia 23, sexta-feira. D. Scyla Médici foi convidada a desatar a fita, que, simbolicamente, marcará o início das atividades na área da Festa.

Quase todas as Unidades de nossa Federação estarão presentes à "Festa", que este ano, contará também com a participação de algumas representações diplomáticas. (RL)

Novo Estádio de Futebol do DF terá capacidade para 100 mil

O levantamento topográfico da área onde será construído o Estádio de Futebol de Brasília deverá ser concluído ainda esta semana, pela Divisão de Obras Urbanas da NOVACAP.

Os trabalhos topográficos estão em fase bastante adiantada e, logo após o seu término, o Departamento de Viação e Obras iniciará a terraplenagem do local, para posterior estruturação das obras.

O Estádio de Brasília, projetado pelo Arquiteto Ícaro de Castro e Melo, ocupará uma área aproximada de 16 mil metros quadrados e será localizado no Setor Esportivo, próximo ao Ginásio de Esportes e ao Autódromo, ambos em fase de execução.

Sua construção será dividida em etapas, e a primeira estará concluída até o próximo ano, com capacidade para 30 mil pessoas. Quando inteiramente construído, o Estádio terá capacidade para 100 mil pessoas, com instalações modernas e projetadas dentro dos padrões mais avançados. (BI)



AVIÃO REVITALIZADO NO BRASIL - Em trânsito por Brasília, pousou no Aeroporto Militar e foi visitado pelo Ministro Araripe Macedo, da Aeronáutica, que se achava acompanhado de Oficiais de seu Gabinete, o avião tipo SA-16 (Albatroz) da FAB, inteiramente revitalizado pelo Parque de Aeronáutica de São Paulo. Entre outras modificações, foram trocados os motores, toda a fiação do sistema elétrico, caixas de junções, plugs e conexões, além da substituição total do sistema eletrônico por equipamento moderno em uso nas modernas aeronaves utilizadas pela FAB. Esse trabalho era executado, anteriormente, nos Estados Unidos. Agora, feito inteiramente no Brasil, representará uma economia para a FAB correspondente a centenas de dólares (MAer)

Cinema

O GRANDE XERIFE - Filme nacional com Mazzaropi e Virginia Mayo, comédia de má qualidade, no cine **Brasília,** às 15.30, 17.40, 19.50 e 22 horas. É curioso que filmes como este ainda obtenham certa audiência entre nós. Já houve época em que Mazzaropi desfrutava verdadeira popularidade.

DJAGJÃO MATA PARA VINGAR - Direção de José Mojica Marins, faroeste nacional, com Walter Portela, Ana Nilsen e Nivaldo Lima. Filme comercial sem maiores referências, no Cine **Cultura,** censura 18 anos, às 14, 16, 18, 20 e 22 horas.

A CULPA - Dirigido por Domingos de Oliveira, roteiro do mesmo, interpretação de Diná Sfat, Nelson Xavier, Paulo José, foto de Rogério Noel, é uma experiência completamente diferente no cinema nacional. Trata-se de algo completamente oposto aos filmes anteriores do cineasta de **TODAS AS MULHERES DO MUNDO** e **EDU CORAÇÃO DE OURO.** Filme importante, elogiado e discutido amplamente. No Cine **Karim,** às 18,20 e 22 horas. Censura, 18 anos.

OS LADRÕES - Henry Verneuil, interpretação, de Jean-Paul Belmondo e Omar Shariff, censura 18 anos. Trata-se de um triller com muita ação, movimento e suspense. No **Superama Karim,** às 14,45, 17,15, 19,40 e 22,00 horas. Censura 18 anos.

PINDORAMA - Dirigido por Arnaldo Jabor, interpretado por Hugo Carvana, Maurício do Vale e Ítala Nandi. Produção que tenta transpor para o cinema, em termos de alegoria, certos temas da nossa história, como o pioneirismo e a fundação de cidades. No Cine **Nacional** e no **Espacial,** nesta sessão única às 21 horas. No Cine **Nacional,** às 20 e 22 horas. Censura 18 anos.

ROGO A DEUS E MANDO BALA - Mais um "western spaghetti", no **Venâncio,** com Verônica Tejido e Mark Wayne, às 16, 18, 20 e 22 horas. Censura 18 anos.

UM VIOLINISTA NO TELHADO - Belo musical dirigido por Norman Jewison, roteiro de Josef Stein e Jerry Bock, interpretação do ator judeu Topol, fotografia de Oswald Morris. É um filme de grande interesse e rara poesia. Censura 10 anos, no Cine **Atlântida,** às 15, 17,30 e 21,30 horas. É o filme em exibição de maiores qualidades, agradável e bem feito, com interpretação primorosa.

CIDADES SATÉLITES

MATA EM NOME DA LEI - No Cine **Paranoá,** censura 18 anos, às 14, 19,30 e 21,30 horas.

CINCO PISTOLAS COM SEDE DE SANGUE - No **Rex,** censura 18 anos, às 19,30 e 21,30 horas.

OS AVENTUREIROS DO OURO - Com Jean Serberg e Lee Marvin, comédia leve, censura 16 anos, no Cine Teatro **Brasília,** às 14 e 20,30 horas.

EL CONDOR - No **Amazonas,** censura 18 anos, às 19,30 e 21,30 horas.

NUA E ATREVIDA - Filme nacional, no **Itapoã,** às 19,30 e 21,30 horas. Censura 18 anos.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO Nº 2.004, DE 19 DE JUNHO DE 1972.
Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 5º, item II da Lei 5.775, de 27 de dezembro de 1971, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais do Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 100.690/72,
DECRETA:
Art. 1º — Fica aberto ao Departamento de Turismo do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:
3.0.0.0. - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0. - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.4.0. - Encargos Diversos
Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentária da Secretaria do Governo:
4.0.0.0. - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0. - INVESTIMENTOS
4.1.2.0. - Serviços em Regime de Programação Especial
Art. 3º — O valor de que trata o presente Decreto integrará a Atividade TUR - 2.003 - Planejamento e Divulgação Turística do Distrito Federal, Programa 01 - Administração Subprograma 01 - Administração e será deduzido do Projeto SEG - 1.055 - Atividades e Projetos Prioritários, Programa 10 - Habitação e Planejamento e Subprograma 04 - Planos Gerais.
Art. 4º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 19 de junho de 1972
84º da República e 13º de Brasília.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
GOVERNADOR
JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Governo
ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO Nº. 2.005, DE 19 DE JUNHO DE 1972
ALTERA AS COTAS TRIMESTRAIS GLOBAIS DE DESPESAS DO DISTRITO FEDERAL, para o exercício financeiro de 1972.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos itens I e II do art. 3º, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 1913, de 30 de dezembro de 1971,
DECRETA:
Art. 1º. - A Programação Financeira de Desembolso para o exercício de 1972, fica alterada na forma constante do Anexo deste Decreto.
Art. 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, em 19 de junho de 1972;
84º. da República e 13º. de Brasília.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº2.005 , DE19 DE Junho DE 1 972

Programação Financeira de Desembolso

- Exercício de 1 972 -

Cota/Despesa Trimestre	I	II	III	IV	TOTAL
Programada	131.517.347	170.000.000	211.460.829	62.213.825	575.192.001
A Programar					13.786.176
	131.517.347	170.000.000	211.460.829	62.213.825	588.978.176

DECRETO DE 14 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 7.759/72,
RESOLVE:
APOSENTAR, nos termos do artigo 176, item III, combinado com o artigo 181, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Datilonista, nível 7-B, MARIA JOSÉ [illegible]UEIRA BATISTA, matrícula nº 13.591, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 14 de junho de 1972
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

DECRETO DE 14 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do processo nº 09.626/72,
RESOLVE:
CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos do artigo 176, item II, combinado com o artigo 178, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e artigo 102, item I, alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Desenhista, nível 12-A, MARIA MASCARENHAS DE MOURA, matrícula nº 9.411, Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 14 de junho de 1972
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

DECRETO DE 14 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 970.188/72,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, MAURA FLORIANO DE ANDRADE, do cargo de Servente, nível 05, matrícula nº 5.396, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 4 de abril de corrente ano.
Distrito Federal, 14 de junho de 1972
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 341654/72-SEC,
RESOLVE:
Designar ÈCLEA TEREZINHA FERNANDES GUAZELLI, Professora requisitada do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer a Função em Comissão Símbolo FC-05, de Assessor-Auxiliar do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.
Distrito Federal, 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
JULIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, inciso VII, da Lei Nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 340752/72-SEC,
RESOLVE:
Designar ROBERTO ANTONIO COUTINHO, para exercer, a Função em Comissão, símbolo FC-07, de Chefe da Seção de Registro, da Divisão de Inspeção do Ensino do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.
Distrito Federal, 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
JULIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
dispensar a pedido, HONÓRIO LOBO NETO, Condutor de Topografia, nível 13-B, matrícula nº 13256, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-10, do Chefe da Seção de Expediente e Arquivo, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3. 751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 1º do Decreto nº 1.639, de 10 de março de 1971,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, CARLOS VICTOR DE SÁ GIOVANINI, Agente Fiscal de Tributos, "A", matrícula nº 1.848, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, da Função de Membro Efetivo da Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação, a que se refere o Decreto "N" nº 478, de 05 de janeiro de 1966.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei Nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 1º do Decreto Nº 1.639, de 10 de março de 1971,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, FULVIO VIGINI MACHADO, Agente Fiscal de Tributos "A", matrícula nº 7.409, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, da função de Membro Efetivo da Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação, a que se refere o Decreto "N" nº 478, de 05 de janeiro de 1966,
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 1º do Decreto nº 1.639, de 10 de março de 1971,
RESOLVE:
designar PAULO DA COSTA, matrícula nº 2.231, Diretor da Divisão de Arrecadação, do Departameto da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, para exercer a função de Membro Efetivo da Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação, a que se refere o Decreto "N" nº 478, de 05 de janeiro de 1966.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 1º do Decreto nº 1.639, de 10 de março de 1971,
RESOLVE:
designar LUIZ GONZAGA THEODORO, matrícula nº 1.169, Diretor da Divisão de Fiscalização, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, para exercer a função de Membro Efetivo da Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação, a que se refere o Decreto "N" nº 478, de 05 de janeiro de 1966.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 1º do Decreto nº 1.639, de 10 de março de 1971,
RESOLVE:

designar JURACY CARDOSO FARIAS, matrícula nº 7.337, Diretor da Divisão de Tributos Imobiliários, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, para exercer a função de 1º Suplente dos Membros Efetivos da Comissão de Campanhas Incentivo à Arrecadação, a que se refere o Decreto "N" nº 478, de 05 de janeiro de 1966.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 1º do Decreto nº 1.639, de 10 de março de 1971
RESOLVE:
designar ADOLFO DIAS LOPES, matrícula nº 7.800, Diretor da Divisão de Tributos Diversos do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, para exercer a função de Membro Efetivo da Comissão de Campanhas de Incentivo à Arrecadação, a que se refere o Decreto "N" nº 478, de 05 de janeiro de 1966.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DECRETO DE 15 DE JUNHO DE 1972
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
RESOLVE:
designar GERSON MACHADO, matrícula nº 9552, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-10, de Chefe da Seção de Expediente e Arquivo, do Departamento da Receita, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 603 690/72-SEP
INTERESSADO: JOSÉ DE ANCHIETA CAMARA
ASSUNTO: Aviso nº 46/72-GM do Ministro das Comunicações requisitando o referido servidor, lotado no Departamento de Trânsito, sem prejuízo de vencimentos e vantagens.
DESPACHO:
AUTORIZO.
15/06/72
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

PROCESSO Nº: 12 266/72
INTERESSADO: EUGÊNIO BELMIRO DE MELO BATISTA
Mat. 13.907
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE CESSÃO DE SERVIDOR (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA)
Senhor Governador:
Proponho a Vossa Excelência a prorrogação do afastamento, até 31 de dezembro de 1972, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens, do servidor EUGÊNIO BELMIRO DE MELO BATISTA, Escriturário, nível 8-A, matrícula nº 13.907, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, que se encontra prestando serviço ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.-INCRA.
Brasília, 13 de junho de 1 972
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração
DE ACORDO. AUTORIZO.
Brasília, 14 de junho de 1 972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

PROCESSO Nº: 100 559/72
INTERESSADA: DISCIOLA DE SOUZA
Mat. 15 018
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (TRIBUNAL

FEDERAL DE RECURSOS)
Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento, sem prejuizo dos seus vencimentos e vantagens, até 31 de dezembro de 1972.
Brasília, 13 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração
DE ACORDO. AUTORIZO.
Brasília, 14 de junho de 1 972.
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

PROCESSO Nº 12 330/72
INTERESSADA: AZENETH DE ANDRADE BARBOSA
Mat. 7 223
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PROJETO RONDON)
Senhor Governador:
Pelo não atendimento do pedido, tendo em vista que a servidora é imprescidível ao órgão de lotação.
Brasília, 13 de junho de 1972
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração
DE ACORDO. Comunique-se a impossibilidade de atendimento.
Brasília, 14 de junho de 1 972
HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
Governador

GABINETE CIVIL

ATOS DO CHEFE

PORTARIA Nº. 05, DE 15 DE JUNHO DE 1972
O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nº. parágrafo 1º, do Art. 17, do Capitulo III, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 1913, de 30 de dezembro de 1 971;

RESOLVE:

Alterar, na forma de quadro anexo, os valores destacados pela Portaria de nº. 03 de 10 de abril de 1972.

Brasília, 15 de junho de 1 972
CAIO FLÁVIO PRATES DA SILVEIRA
Chefe do Gabinete Civil

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA DE Nº 05 DE 15 DE JUNHO DE 1972

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : GABINETE DO GOVERNADOR ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIVISÃO DO PESSOAL - SEA		
ATIVIDADES/E/ OU PROJETOS - ELEMENTOS	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
GAG- 2.001-Manutenção das Atividades do Gabinete do Governador		
3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL	1.140.000,00	1.148.000,00
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVID. SOCIAL	75.000,00	67.000,00
S O M A	1.215.000,00	1.215.000,00

PORTARIA DE 19 DE JUNHO DE 1972
O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º. do Decreto nº. 1270, de 13 de janeiro de 1970,
RESOLVE:
mandar cessar o pagamento de gratificação de representação concedida pela Portaria de 20 de fevereiro de 1970, no valor de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), alterado pelos Decretos nºs. 1662, de 30 de março de 1971 e 1981, de 25 de abril de 1972, ao servidor Rivalino Rodrigues, motorista, nível 12, matrícula nº. 12810, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal, a partir de 12 de junho do corrente ano.
Distrito Federal, 19 de junho de 1972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA - Cel. PM
Chefe do Gabinete-Militar

PORTARIA DE 19 DE JUNHO DE 1972
O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º, do Decreto nº. 1270, de 13 de janeiro de 1970,
RESOLVE:
mandar cessar, a partir de 16 de junho do corrente ano, o pagamento de gratificação de representação no valor de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), concedida pela Portaria de 10 de junho de 1970, alterada pelos Decretos nº. 1662, de 30 de março de 1971 e 1981, de 25 de abril de 1972, ao servidor Oswaldo Andrade Peixoto, motorista, nível 8/A, matrícula nº. 895, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de junho de 1972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 19 DE JUNHO DE 1972
O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º, do Decreto nº. 1270, de 13 de janeiro de 1970,
RESOLVE:
conceder, a partir de 12 de junho do corrente ano, ao servidor Rivalino Rodrigues, motorista, nível 12-C, matrícula nº. 12810, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal, a gratificação de representação no valor de Cr$ 360,00 (trezentos e sessenta cruzeiros), prevista no inciso II, do artigo 4º, do Decreto nº. 1270, de 13 de janeiro de 1970, alterado pelos Decretos nºs. 1662, de 30 de março de 1971, e nº. 1981, de 25 de abril de 1972.
Distrito Federal, 19 de junho de 1972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA - Cel.PM
Chefe do Gabinete Militar

DEPARTAMENTO DE TURISMO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 de junho de 1972
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18 do Decreto 1745, título III, capitulo I, inciso 3º, de 12.07.71.
RESOLVE:
Apreveitar na Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Turismo do Distrito Federal, o funcionário ODILIO DOS SANTOS - Carpinteiro do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, matr. 14530, nível 08 na função de Mestre de Carpinteiro EP-10, a partir de 06.06.72.
Brasília, 14 de junho de 1972
EDGARD FREDERICO HASSELMAN
Diretor Substituto

GABINETE MILITAR

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 16 DE JUNHO DE 1972
O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
suspender, por 5 dias, o servidor Oswaldo Andrade Peixoto, Motorista, nível 8, matrícula nº 895, lotado no Gabinete do Governador, por haver utilizado indevidamente viatura sob sua responsabilidade, trafegando fora do horário e itinerário normais.
Distrito Federal, 16 de junho de 1972
ABENANTE DE MELO E SOUZA - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar.

PORTARIA DE 19 DE JUNHO DE 1972
O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º. do Decreto nº. 1270, de 13 de janeiro de 1970,
RESOLVE:
mandar cessar o pagamento de gratificação de representação concedida pela Portaria de 20 de fevereiro de 1970, no valor de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), alterado pelos Decretos nºs. 1662, de 30 de março de 1971 e 1981, de 25 de abril de 1972, ao servidor Rivalino Rodrigues, motorista, nível 12, matrícula nº. 12810, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal, a partir de 12 de junho do corrente ano.
Distrito Federal, 19 de junho de 1972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA - Cel. PM
Chefe do Gabinete-Militar

PORTARIA DE 19 DE JUNHO DE 1972
O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 7º, do Decreto nº. 1270, de 13 de janeiro de 1970,
RESOLVE:
mandar cessar, a partir de 16 de junho do corrente ano, o pagamento de gratificação de representação no valor de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), concedida pela Portaria de 10 de junho de 1970, alterada pelos Decretos nº. 1662, de 30 de março de 1971 e 1981, de 25 de abril de 1972, ao servidor Oswaldo Andrade Peixoto, motorista, nível 8/A, matrícula nº. 895, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de junho de 1972
ABENANTE DE MELLO E SOUZA - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

PROCESSO Nº : 26 230/71
INTERESSADO : ANTONIO MARIANO JACOBINA FILHO
ASSUNTO : INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

ANTONIO MARIANO JACOBINA FILHO, Agente Fiscal de Tributos "A", matrícula nº 8406, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, envolveuse em acidente de tráfego, no dia 1º de outubro de 1971, na pista localizada entre as Quadras 504/5, que dá acesso à Avenida W/3-Sul, com o veículo marca Willys, tipo Pick-up, placa DF-CA-0533.
Do acidente resultaram danos ao veículo oficial acima referido, no valor de Cr$90,16 (noventa cruzeiros e dezesseis centavos) e ao veículo particular marca Volkswagem, tipo sedan, placa DF-TX-1631. Conforme se acha comprovado pelo documento de fls. 42, o o indiciado já indenizou os danos causados ao veículo particular.
Tendo em vista que o acusado não apresentou, por ocasião de seu depoimento perante à Comissão processante, motivos que o isentassem de culpa no evento, foi o mesmo indiciado e citado para apresentar defesa. Nesta invocou a sua condição de Agente Fiscal de Tributos, em perseguição a um suposto infrator, para justificar a sua imprudência em adentrar na via preferencial sem observar as condições de tráfego reinantes.A ação fiscal que o indiciado afirmou estar desenvolvendo, na ocasião, não resultou provada. Além disso, a mesma não lhe dá o direito de colocar em risco a segurança alheia. Assim, resolvo aplicar ao funcionário ANTONIO MARIANO JACOBINA FILHO, já qualificado, a pena de suspensão por 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 205, da lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, por infringência ao disposto no inciso VI do artigo 194, do mesmo diploma legal.
Fica ainda o referido funcionário obrigado a indenizar os cofres do Distrito Federal da importancia de Cr$90,16 (noventa cruzeiros e dezesseis centavos), correspondentes aos prejuízos causados ao veículo oficial, na forma prevista no parágrafo 1º, do artigo 197, da lei nº 1711/52.Encaminhe-se à Coordenação do Sistema de Pessoal, para as providências complementares.
Brasília, 13 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PORTARIA DE 13 DE JUNHO DE 1972
O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 210, inciso III, da lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, e tendo em vista o constante do processo nº 26230/71,
RESOLVE
SUSPENDER : POR 5 (cinco) dias, o funcionário ANTONIO MARIANO JACOBINA FILHO, Agente fiscal de Tributos "A", matrícula nº 8406, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, nos termos do artigo 205, da lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, por infringência ao disposto no inciso VI, do artigo 194, do mesmo diploma legal.
Brasília, 13 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº : 13.663/68
INTERESSADOS: EDUARDO ALBERTO VILELA MORALES e MARIA AUGUSTA SALLES AZERO.
ASSUNTO : INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
Trata-se de Inquérito Administrativo instaurado por Portaria de 1º de junho de 1971, para apurar irregularidades na aplicação e comprovação do adiantamento no valor de Cr$289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil cruzeiros), concedido pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, 2 de outubro de 1967, aos servidores EDUARDO ALBERTO VILELA MORALES, Engenheiro Agrônomo, matrícula nº 501-FZDF, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e MARIA AUGUSTA SALLES AZERO, oficial de Administração, nível 14-B, matrícula nº 4484, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
A providência foi solicitada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Produção, por ser MARIA AUGUSTA SALLES AZERO funcionária do Distrito Federal, estando, portanto, sob regime estatutário.
O aludido adiantamento constituiu-se de recursos provenientes de empréstimo obtido pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal junto ao Banco Regional de Brasília S/A (FUNDEFE), no valor de Cr$300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), destinado à dinamização do Serviço de Revenda.
O plano de Aplicação foi aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito de então, em despacho exarado no processo nº 31.615/67, em 17 de setembro de 1967.
O numerário foi entrgue aos detentores do adiantamento em 2 de outubro de 1967 e por eles depositado no Banco do Estado da Guanabara S/A (Filial de São Paulo) no dia seguinte, passando a ser movimentado através de cheques.
A comprovação das despesas foi autuada pela Secretaria de Comunicações, da Fundação Zoobotânica, em 16 de maio de 1968, passando a formar o Processo nº 830/68.
Em 16 de abril de 1968, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Produção, visando corrigir as falhas existentes no Serviço de Revenda, havia solicitado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças fosse autorizada a realização de uma auditagem naquele orgão, com o objetivo de dar-lhe orientação segura, com vistas à regularização de seus serviços.
O resultado desta auditoria está contido nos diversos Relatórios Parcias juntados às fls. 5/46.
Dentre outras irregularidades, a auditoria acusou falhas e atrasos nos registros contábeis do Serviço de Revenda, diversos processos de comprovação de adiantamentos pendentes, chegando a sugerir que os exames e as orientações para a formalização dos processos de prestação de contas fossem centralizados no órgão de Contabilidade da Fundação Zoobotânica.
Do exame dos relatórios apresentados, conclui-se que, à época, o Serviço de Revenda padecia de lamentáveis falhas administrativas.
Sob o aspecto estrutural, haviam dúvidas quanto ao vínculo de subordinação hierárquica do órgão; se à Fundação ou à Secretaria de Agricultura, percebendo-se nítida tendência em erigir-se como órgão autônomo.
O pessoal lotado naquele Serviço não estava preparado para os desempenhos de suas tarefas administrativas. Ás fls. 5, o Auditor Chefe, da Secretaria de Finanças informa que, dentre outras providências, conseguiu-se: "melhoria dos registros e CONCIENTIZAÇÃO DA RESPONDABILIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, no caso do Serviço de Revenda, em toda a hierarquia dos encarregados por aquele Setor" (grifei).
Com relação ao adiantamento, ora em exame, a Auditoria apontou falhas quanto à aplicação do numerário e à comprovação dos gastos (haviam outros processos que padeciam de semelhantes vícios e muitos deles foram regularizados sob a orientação da própria Auditoria).
O Relatório da auditagem (fls. 39/40) apontou, como despesas em desacordo com o plano de Aplicação, as seguintes:
I - MATERIAL DE EXPEDIENTES
Pagamentos a diversos....1.753,42
II - DIÁRIAS, COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO.
Pagamentos a diversos....10.719,39
TOTAL....12,473,39
As despesas relativas ao segundo item (Diárias, Combustiveis, Lubrificantes, Hospedagens e Alimentação), conforme consta do Relatório da Auditoria, foram autorizadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Zoobotânica.
Com relação a comprovação do adiantamento, foram apontadas as falhas indicadas às fls.41/42, relativas à documentação irregular de aplicação equivalente a Cr$14.530,00 (quatorze mil, quinhentos e trinta cruzeiros). As demais referiam-se a formalidades sanáveis ou irrelevantes, tais como vícios no endereçamento de Notas Fiscais, Faturas e Recibos, falta de atestação do recebimento do material e falta de vistos pela autoridade imediata.
Concluiu a Auditoria que a aplicação do adiantamento se afastou das disposições legais que regem a matéria, esclarecendo que, além das falhas apontadas em seus Relatórios, os detentores aplicaram parte do adiantamento, passando a outro a responsabilidade pela aplicação do saldo restante.
A auditoria foi concluida em 19 de agosto de 1967 (data do relatório), entretanto somente quase 3(três) anos após é que o Processo de comprovação foi baixado em diligência a um dos detentores do adiantamento, para a regularização que se fazia necessária.
A partir de 9 de julho de 1970 (data da diligência) desencadearam-se as providências com vistas à regularização do processo, observando-se que os detentores do adiantamento tudo fizeram para que tal objetivo fosse atingido.
Após tais providências, que cominaram com a viagem de EDUARDO ALBERTO VILELA MORALES a São Paulo para entender-se diretamente com alguns fornecedores, constatou-se que apenas mercadorias no valor de Cr$3.087,10 (três mil, oitenta e sete cruzeiros e dez centavos) não ha-

viam sido entregues ao Serviço de Revenda.
Tal importância correnponde aos seguintes pagamentos:
PAULO LIMA MATERIAIS AGRICOLAS....360,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO PAULO
- Divisão de Fomento Agrícola....107,10
- Divisão de Sementes....1.200,00
1.307,10
PEGROMAT AGROPECUÁRIA LTDA....1.420,00
TOTAL....3.087,10
Às fls. 113, em correspondência datada de 17 de março de 1971, o chefe do Serviço Financeiro da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, fazendo alusão ao adiantamento em exame, esclarece que a referida importância de Cr$ 3.087,10 ENCONTRAVA-SE SEM COMPROVAÇÃO e propôs o seu parcelamento para desconto em folha.
Os depoimentos de MARIA AUGUSTA SALLES AZERO (fls 122 124), EDUARDO ALBERTO VILELA DE MORALES (fls. 126/129), CLOVIS FLEURY DE GODOI (fls. 131 132) e WALTER ISAIAS (fls. 134 135), foram suficientes para que a Comissão de Inquérito esclarecesse que as irregularidades apontadas pela Auditoria não podiam ser imputadas aos detentores do adiantamento.
No curso do processo ficaram constados os seguintes fatos
a) a responsabilidade pelo transporte e o recebimento dos materiais adquiridos estavam a cargo do Serviço de Revenda.
b) a transferência da parte do adiantamento ao servidor JOSÉ LUIZ CERQUEIRA DE LIMA ROCHA fora determinada pela própria Fundação Zoobotânica.
c) apesar de o Serviço de Revenda estar autorizado a contratar fretes para o transporte das mercadorias São Paulo para Brasília, a providência não foi efetivada em tempo hábil.
d) a dispensa de MARIA AUGUSTA SALLES AZERO, da função de Chefe do Serviço de Revenda, Tumultuou o recebimento e o transporte de tais mercadorias.
Diante destes fatos, a Comissão de Inquérito conclui que EDUARDO ALBERTO VILELA MORALES e MARIA AUGUSTA SALLES AZERO não praticaram qualquer ilícito administrativo e deixou de instruir o feito.
Em todo o processo não se vislumbra qualquer indício de má-fé por parte dos detentores do adiantamento e sem falta de organização.
Assim sendo, determino aos servidores EDUARDO ALBERTO VILELA MORALES e MARIA AUGUSTA SALLES AZERO recolher aos cofres da FZDF a importância de Cr$3.087,10 (três mil e oitenta e sete cruzeiros e dez centavos), correspondente à mercadoria não recebida.Aliás, no bojo, do processo, os referidos detentores do adiantamento concordaram em efetuar o recolhimento acima determinado. Aprovo as conclusões da Comissão de Inquérito e deixo de aplicar aos tomadores do adiantamento, qualquer punição de caráter administrativo.
Volte o processo à Coordenação de Processo Administrativo, onde deverá aguardar a efetivação do recolhimento acima referido. Em seguida, arquive-se.
Brasília, 13 de junho de 1972
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº. 06 917/72
INTERESSADO: VITOR DE CASTRO LEITE
MATRICULA: 13 529
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto E' nº. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 15 de junho de 1972
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 13 851/72
INTERESSADO: ANTONIO LUIZ DE SOUZA MELLO JUNIOR mat. 13358
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" Nº 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 14 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 340 644/72
INTERESSADO: RAIMUNDO SOBREIRA GOES DE OLIVEIRA
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DESPACHO
Retifico o meu despacho exarado no processo nº 340 644/72, publicado no "DF" nº 75, de 18-5-72, para que onde se lê: "matrícula nº 7710, leia-se: matrícula nº 8958".
Brasília, 13 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO Nº. 11 351/72
INTERESSADO: MARIA ZILDA DE SOUZA
MATRICULA: 11 826
ASSUNTO: LICENÇA PARA ACOMPANHAR CONJUGE
INDEFIRO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº. 339, de 12 de dezembro de 1967, a licença para acompanhar o cônjuge, por falta de amparo legal.
Brasília, 15 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 5 738/72
INTERESSADO: DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SEA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: HOMOLOGO, com fundamento no art. 34, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, o resultado da Tomada de Preços nº 19/72-TP-SEA, no valor de Cr$ 21.445,20 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco cruzeiros e vinte centavos) de acordo com o parecer de fls. 29, da Comissão de Licitação.
Em 13 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 8 715/72
INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: HOMOLOGO, com fundamento no art. 34, do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, o resultado da Tomada de Preços nº. 18/72-TP-SEA, no valor de Cr$ 42.472,50 (quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e dois cruzeiros e cincoenta centavos) de acordo com o parecer de fls. 95, da Comissão de Licitação.
Em, 12 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO : 304.295/72
INTERESSADO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c" do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para compra do material diretamente da firma CARVALHO DE MORAES e CIA LTDA. fls. 06, no valor de Cr$ 155,90 (cento e cincoenta e cinco cruzeiros e noventa centavos).
Em 12 de junho de 1 972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO: 801.067/72
INTERESSADO: REGIÃO ADMINISTRATIVA I - N. BANDEIRANTE
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para compra do material diretamente da firma CARVALHO DE MORAES e CIA. LTDA., fls. 05, no valor de Cr$ 174,50 (cento e setenta e quatro cruzeiros e cincoenta centavos).
Em, 12 de junho de 1 972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO 13.540/72
INTERESSADO: PROCURADORIA GERAL
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso I, alínea "f", do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1 971, combinado como o artigo 1º, inciso II, do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1 967, alterado pelo artigo 1º, do Decreto nº. 1.718, de 16 de junho de 1 971, dispenso a licitação para compra de material diretamente da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A-SAB, no valor de Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros).
Em, 12 de junho de 1972.
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 134-A/72-CEST
O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Inciso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" nº. 511, de 24 de junho de 1966,
RESOLVE:
Designar JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI para ministrar 40 (quarenta) horas-aula de MONTAGEM DE PROJETOS, no "II Curso de Treinamento de Supervisores", no período de 05/06 a 28/07/72, conforme Edital nº. 033/72-CEST.
Brasília, 02 de junho de 1972
JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Diretor.

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CARGOS

658ª REUNIÃO
PROCESSO Nº 970.120/72
INTERESSADO ANTONIO NORBERTO MENDES
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR ILDEU DINIZ
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação de Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal".
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO Nº 12.570/72
INTERESSADO NELSON CARDOSO DA SILVA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR ILDEU DINIZ
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal".
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO Nº 31.435/71
INTERESSADO JOSÉ STIVAL
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR ILDEU DINIZ
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

1 - Pela readaptação do funcionário JOSÉ STIVAL, Orientador do Ensino Médio, nível 19 - Código MGI—03—19, no cargo de Professor de Ensino Médio, nível 19.
2- Pelo envio ao Centro de Seleção e Treinamento, para o concurso específico.
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO Nº 11.529/72
INTERESSADO EFINEAS DA SILVA NETO
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATORA : LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto da Relatora, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO : Nº 08.018/72
INTERESSADO : MARTINS SILVA MATA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATORA: LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto da Relatora, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal".
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 00.323/72
INTERESSADO: SEBASTIÃO ELEUTERIO DA SILVA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATORA: LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto da Relatora, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 01.322/72
INTERESSADO: JOSÉ CANDIDO DE LIMA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATORA: LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto da Relatora, adota a seguinte Decisão:
I- O funcionário deverá permanecer exercendo funções leves, conforme medida atribuida pela FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, de acordo com o laudo médico.
II- A Coordenação do Sistema de Pessoal, para os devidos fins.
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 30.629/71
INTERESSADO: JOSÉ ELISEU MACARINI
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATORA: LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto da Relatora, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal".
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 02,473/72
INTERESSADA: MYRTHES DE SOUZA DA SILVA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 01.693/72
INTERESSADA: ANA ARANTES DE PAULO
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª. REUNIÃO
PROCESSO: Nº 150.822/72
INTERESSADA: HILDA PEREIRA DE LIRA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O:
O Plenário da Comissão de Classificação de Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão

Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIAO
PROCESSO: Nº 04.850/72
INTERESSADA: RITA MARIA DE ALMEIDA MENEZES
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 970.087/72
INTERESSADO: MANOEL FILGUEIRAS MARTINS
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo deferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 05.654/72
INTERESSADA: ANA SOARES BARBOSA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº03.651/72
INTERESSADA: ADALIA GARCIA GONDIM PINHEIRO
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O:
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 870.121/72
INTERESSADA: MARIA DA GLORIA FERRARI
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O:
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de Junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 02.472/72
INTERESSADA: JOSIMAR BALDEZ SILVA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 05.658/72
INTERESSADA: CLARINA MASCARENHAS MIRANDA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O:
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

658ª REUNIÃO
PROCESSO: Nº 100.432/72
INTERESSADO: IVO FELIX DOS SANTOS
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL
D E C I S Ã O
O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:
"Pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal."
Brasília, 06 de junho de 1972
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente
LÊDA NASCIMENTO AGUIAR
Membro
ILDEU DINIZ
Membro
JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL
DIVISÃO DO MATERIAL
ATOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº 12.638/72
INTERESSADO: MESBLA S.A.
ASSUNTO: Prorrogação de prazo. (N.E.nº 370/72-DM).
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DO MATERIAL: Tendo em vista às informações do Serviço de Compras, a fls. 02, e do Setor de Armazenamento de Materiais, a fls. 04 e vº, acolho o pedido de fls. 01, para prorrogar em 15 dias o prazo para a entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 370/72-DM, emitida em nome da firma MESBLA S.A.
Publique-se e encaminhe-se aos Serviços de Compras e Controle.
Em 09 de junho de 1972
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Diretor da Divisão do Material

PROCESSO nº 13 273/72
DESPACHO: Face ao pronunciamento do Serviço de Controle, e no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 63 do Decreto nº1 703, de 31 de maio de 1971, aplico à firma COMERCIAL MARTE DE MÓVEIS LTDA., a multa de Cr$19,14 (dezenove cruzeiros e quatorze centavos), pelo atraso de 11 (onze) dias na entrega do material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº207/72-DM de acordo com as condições estabelecidas para realização da tomada de preços nº13/72-TP-SEA de que participou.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa.
Em 08 de junho de 1972
JOÃO LAERTE BASTOS DAMACENO
Diretor da Divisão do Material
C.S.M. - S E A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

503ª. Reunião (Ordinária)
Processo nº. 039 147/68
Interessado: Metalúrgica Alber-Flex Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no Registro Central de Fornecedores
Relator: José Geraldo de Lana Tôrres
O Plenário da Comissão de Licitação, tendo por unanimidade acolhido o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido epigrafado, expedindo-se o certificado com validade de 01 (um) ano, contada da data de sua emissão. Está, a firma, apta a fornecer os materiais classificáveis nos grupos 48 e 51.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão do Material para providências complementares.
Em 05 de junho de 1972.
JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES
Presidente da Comissão de Licitação
DANTON MAZZEI NOGUEIRA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SALVADOR HENRIQUE PINHATI
Membro
VICTOR MANOEL PALMIERI
Membro

503ª. Reunião (Ordinária)
Processo nº: 12 701/72
Interessado: Abrigo Propaganda Ltda.
Assunto: Inscrição no Registro Central de Fornecedores
Relator: José Geraldo de Lana Tôrres
O Plenário da Comissão de Licitação, tendo por unanimidade acolhido o voto do Relator, resolve baixar o processo em diligência, para que a interessada junte uma declaração de capacidade financeira, cujos termos satisfaçam a exigência contida no item 6, da Portaria SEA, nº. 54, de 11.01.71.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão do Material para providências complementares.
Em 05 de junho de 1972.
JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES
Presidente da Comissão de Licitação
DANTON MAZZEI NOGUEIRA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SALVADOR HENRIQUE PINHATI
Membro
VICTOR MANOEL PALMIERI
Membro

503ª. Reunião (Ordinária)
Processo nº: 10 567/67
Interessado: Mainline Móveis S.A. - Indústria e Comércio.
Assunto: Renovação de Inscrição no Registro Central de Fornecedores
Relator: Danton Mazzei Nogueira
O Plenário da Comissão de Licitação, tendo por unanimidade acolhido o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido epigrafado, expedindo-se o certificado válido por 01 (um) ano, contado da data de sua emissão. Está, a firma, apta a fornecer os materiais classificados nos grupos: 26 48 49 e 51.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão do Material para providências complementares.
Em 05 de junho de 1972.
JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES
Presidente da Comissão de Licitação
DANTON MAZZEI NOGUEIRA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SALVADOR HENRIQUE PINHATI
Membro
VICTOR MANOEL PALMIERI
Membro

503ª. Reunião (Ordinária)
Processo nº. 066 237/70
Interessado: Modelo - Revestimentos Especiais Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no Registro Central de Fornecedores
Relator: Tibagy de Castilho
O Plenário da Comissão de Licitação, tendo por unanimidade acolhido o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido epigrafado, expedindo-se o certificado com validade de 01 (um) ano, contada da data de sua emissão. Está, a firma, habilitada a fornecer os materiais classificados nos grupos 26 e 48 e prestação de serviços específicos de seu objetivo social.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão do Material para providências complementares.
Em 05 de junho de 1972.
JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES
Presidente da Comissão de Licitação
DANTON MAZZEI NOGUEIRA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SALVADOR HENRIQUE PINHATI
Membro
VICTOR MANOEL PALMIERI
Membro

503ª. Reunião (Ordinária)
Processo nº. 12 966/72
Interessado: Produtos Eletrônicos Bergerman Ltda.
Assunto: Inscrição no Registro Central de Fornecedores
Relator: Salvador Henrique Pinhati
O Plenário da Comissão de Licitação, tendo por unanimidade acolhido o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido epigrafado, expedindo-se o certificado com prazo de validade até 26.05.73, ficando a firma apta a fornecer os materiais classificados nos grupos 22, 34, 35 e 36.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão do Material para providências complementares.
Em 06 de junho de 1972.
JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES
Presidente da Comissão de Lic.
DANTON MAZZEI NOGUEIRA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SALVADOR HENRIQUE PINHATI
Membro
VICTOR MANOEL PALMIERI
Membro

503ª. Reunião (Ordinária)
Processo nº. 031 526/68
Interessado: Fábrica Nacional de Motores S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no Registro Central de Fornecedores
Relator: Victor Manoel Palmieri
O Plenário da Comissão de Licitação, tendo por unanimidade acolhido o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido epigrafado, expedindo-se o certificado com validade até 31.12.72, data em que prescreverá o mandato do procurador nomeado pela requerente. Está, a firma, apta a fornecer os materiais classificados nos grupos 06 e
Publique-se e encaminhe-se à Divisão do Material para providências complementares.
Em 5 de junho de 1972
JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES
Presidente da Comissão de Licitação
DANTON MAZZEI NOGUEIRA
Membro
TIBAGY DE CASTILHO
Membro
SALVADOR HENRIQUE PINHATI
Membro
VICTOR MANOEL PALMIERI
Membro

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1972
O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

excluir do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria, o servidor HONÓRIO LOBO NETO, matrícula nº 13.256, Chefe da Seção de Expediente e Arquivo, Símbolo FC-10, do Departamento da Receita, desta Secretaria.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1972
O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, e tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador constante do processo nº 30.811/71,

RESOLVE:

DETERMINAR, nos termos do Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, a aplicação do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a partir da publicação da presente Portaria até 31 de dezembro de 1972, ao servidor GERSON MACHADO, matrícula nº 9.552, Chefe da Seção de Expediente e Arquivo, Símbolo FC-10, do Departamento da Receita, desta Secretaria, com a gratificação mensal de Cr$ 683,00 (Seiscentos e oitenta e três cruzeiros), correspondente a 70% (setenta por cento), do valor do respectivo símbolo.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1972
O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
dispensar LUIZ GONZAGA THEODORO, matrícula nº 2.169, Agente Fiscal de Tributos "A", do encargo de substituto eventual do Diretor da Divisão de Fiscalização, Símbolo FC-3, em virtude de sua designação para essa função.
DISTRITO FEDERAL, em 15 de junho de 1972.
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1972
O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
dispensar PAULO DA COSTA, matrícula nº 2.231, Agente Fiscal de Tributos "A", do encargo de substituto eventual do Diretor da Divisão de Arrecadação, Símbolo FC-3, em virtude de sua designação para essa função.
DISTRITO FEDERAL, 15 de junho de 1972.
ANTONIO FRAGOMENI
Secretário de Finanças

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA No. 278 DE 24 DE MAIO DE 1972

O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no § 1o., do Art. 17, do Capítulo III, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto no. 1913, de 30 de dezembro de 1971;

RESOLVE:
Alterar, na forma do quadro anexo, os valores destacados pela Portaria de no. 195/72–SEP, de 12 de abril de 1972.
Brasília–DF., 24 de maio de 1972
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON–Cel.
Secretário de Segurança Pública

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 278 DE 24 DE MAIO DE 1.972

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO – DSG – Serviço de Contabilidade		
ATIVIDADE E / OU PROJETO – Elemento	VALOR	TOTAL
SEP 2.025 – Manutenção das atividades da SEP		
3.1.1.1 – Pessoal Civil	5.928.000,00	
3.1.2.0 – Material de Consumo	555.000,00	
3.1.3.0 – Serviços de Terceiros	145.000,00	
3.1.4.0 – Encargos Diversos	50.000,00	
3.1.5.0 – Despesas de Exerc. Anteriores	25.000,00	
3.2.3.0 – Transf.e Assist.e Prog. Social	570.000,00	
3.2.7.0 – Diversas Transf. Correntes	2.000,00	7.275.000,00
SEP 1.014 – Reequipamento da Secretaria e dos Órgãos da Segurança Pública do Distrito Federal		
4.1.3.0 – Equipamentos e Instalações	50.000,00	
4.1.4.0 – Material Permanente	12.000,00	62.000,00
SEP 2.043 – Sinalização de Vias Públicas a Cargo do DETRAN		
3.1.2.0 – Material de Consumo	100.000,00	
3.1.3.0 – Serviço de Terceiros	500.000,00	
4.1.3.0 – Equipamentos e Instalações	138.000,00	738.000,00

Brasília-DF., 24 de maio de 1972

SILVINO FERNANDES DE SOUZA
Chefe do Serviço de Contabilidade da SEP

HERALD TAVES DE MORAES – Cel.
Diretor do Departamento de Serviços Gerais-SEP

PORTARIA Nº 299, DE 9 DE JUNHO DE 1972.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 825/68, e tendo em vista o que consta do processo nº 260/72-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma ELZIOMAR RIBEIRO LIMA, estabelecida à CNJ-02, Loja 07, Taguatinga, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO, no corrente ano, com atividade de "Snooker", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1972.
Distrito Federal, 9 de junho de 1972
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº 300, DE 9 DE JUNHO DE 1972.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 825/68, e tendo em vista o que consta do processo nº 258/72-SCDP-DPJ,

RESOLVE:
conceder à firma ALDENOR TAVARES DE OLIVEIRA, estabelecida à QNB 06, Lote 02, Taguatinga, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO, no corrente ano, com atividades de "Snooker-Mirim", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1972.
Distrito Federal, 9 de junho de 1972
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº 301, DE 9 DE JUNHO DE 1972.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III do Regimento aprovado pelo Decreto nº 825/68, e tendo em vista o que consta do processo nº 256/72-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma MARIA NATIVIDADE VIEIRA, estabelecida à Quadra 02, Conjunto "J", Lote 40, Vila Buritis, Planaltina, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO, no corrente ano, com atividade de "Snooker-Mirim", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1972.
Distrito Federal, 9 de junho de 1972
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº 302, DE 9 DE JUNHO DE 1972.
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 102, III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 825/68, e tendo em vista o que consta do processo nº 259/72-SCDP-DPJ,
RESOLVE:
conceder à firma JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, proprietária do "Parque de Diversões Alvorada", instalado na Quadra 13, Área Reservada, Sobradinho, Distrito Federal, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO naquele local, com "Parque de Diversões", enquanto observadas rigorosamente as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 28 DE JUNHO DE 1972.
Distrito Federal, 9 de junho de 1972
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON - CEL
Secretário de Segurança Pública

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO Nº. 234 DE 31 DE MAIO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Empresa e de acordo o com a Decisão da Diretoria da NOVACAP, tomada em sua 821a. sessão, de 29 de maio de 1972,
RESOLVE:
1 - Os níveis e os símbolos das Escalas de Retribuição em que são classificados os empregos permanentes e os empregos em comissão, constantes das Tabelas de Empregos da Companhia, passam a ter os seguintes valores, a partir de 1º de maio de 1972.

ESCALA DE RETRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS PERMANENTES

EP-1 - 300,00	EP-16 - 1.140,00
EP-2 - 324,00	EP-17 - 1.200,00
EP-3 - 360,00	EP-18 - 1.260,00
EP-4 - 420,00	EP-19 - 1.320,00
EP-5 - 480,00	EP-20 - 1.380,00
EP-6 - 540,00	EP-21 - 1.440,00
EP-7 - 600,00	EP-22 - 1.560,00
EP-8 - 660,00	EP-23 - 1.680,00
EP-9 - 720,00	EP-24 - 1.800,00
EP-10 - 780,00	EP-25 - 1.920,00
EP-11 840,00	EP-26 - 2.040,00
EP-12 - 900,00	EP-27 - 2.160,00
EP-13 - 960,00	EP-28 - 2.280,00
EP-14 - 1.020,00	EP-29 - 2.400,00
EP-15- 1.080,00	EP-30 - 2.544,00

- PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVÊRNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS.

ESCALA DE RETRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS EM COMISSÃO

EC-1 -	3.480,00	EC-8 -	1.800,00
EC-2 -	3.240,00	EC-9 -	1.560,00
EC-3 -	3.000,00	EC-10 -	1.320,00
EC-4 -	2.760,00	EC-11 -	1.200,00
EC-5 -	2.520,00	EC-12 -	1.080,00
EC-6 -	2.280,00	EC-13 -	960,00
EC-7 -	2.040,00	EC-14 -	840,00
		EC-15 -	720,00

2 - Ficam majorados, a partir da mesma data a que se refere o item 1, em 20% (vinte por cento), os valores das gratificações de representação constante da Instrução No. 211, de 31 de agosto de 1971.

3 - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 31 de maio de 1972
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 10 DE MAIO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Empresa,
RESOLVE:
Dispensar JOSE MARCOS LARANJEIRA, matrícula 3.585, do Emprego em Comissão, símbolo EC-9, de Chefe da Seção de Controle Administrativo, da Divisão de Operações Imobiliárias e, ao mesmo tempo designá-lo para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-7, de Chefe do Escritório Imobiliário de Sobradinho, da Divisão de Operações Imobiliárias, do Departamento Econômico Parte XVIII
Brasília, 10 de maio de 1972
DELPHO PREREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

INSTRUÇÃO - DE 10 DE MAIO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 do Estatutos Sociais da Empresa,
RESOLVE:
Dispensar RENATO ANTONIO MAIA, matrícula nº. 40.475, do Emprego em Comissão, símbolo EC-13, de Caixa do Escritório Imobiliário do Plano Piloto, da Divisão de Operações Imobiliárias, e, ao mesmo tempo, designá-lo para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-9, de Chefe da Seção de Controle Administrativo, da mesma Divisão, do Departamento Econômico, Parte XVIII.
Brasília, 10 de maio de 1972
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

INSTRUÇÃO - DE 10 DE MAIO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 do Estatutos Sociais da Empresa,
RESOLVE:

Designar SONIA MARIA DA MOTA, matrícula 50.819, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-13, de Caixa do Escritório Imobiliário do Plano Piloto, da Divisão de Operações Imobiliárias, do Departamento Econômico Parte XVIII.
Brasília, 10 de maio de 1972
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 10 DE MAIO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Empresa,
RESOLVE:
Dispensar ADÃO DA SILVA LEMES, matrícula 4.368, do Emprego em Comissão, símbolo EC-7, de Chefe do Escritório Imobiliário de Sobradinho e, ao mesmo tempo, designá-lo para exercer Emprego em Comissão, símbolo EC-5, de Chefe do Escritório Imobiliário do Gama, da Divisão de Operações Imobiliárias, do Departamento Econômico, parte XVIII.
Brasília, 10 de maio de 1972
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 2 DE JUNHO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

Designar ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, Chefe do Departamento Econômico, para substituir o sr. Diretor para Assuntos Econômicos, durante o seu período de férias, a iniciar-se a 05 do corrente.

Brasília, 2 de junho de 1972
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

INSTRUÇÃO DE DE JUNHO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Empresa e tendo em vista o constante do processo nº. 15.037/72,
RESOLVE:
Designar EDMUNDO SANTIAGO CHAGAS, Auxiliar Técnico de Administração, matrícula 18.591, para responder pela Assistência Técnica do Departamento de Administração, no período compreendido entre 28 de janeiro do corrente ano, a 21 de maio de 1972
Brasília, 7 de junho de 1972
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

INSTRUÇÃO DE 10 DE MAIO DE 1972
O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 dos Estatutos Sociais da Empresa,
RESOLVE
Dispensar GERALDO NATHALINO PETRILLO, matrícula 7.092, do Emprego em Comissão, símbolo EC-5, de Chefe do Escritório Imobiliário do Gama, e, ao mesmo tempo, designá-lo para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-5, de Chefe do Escritório Imobiliário do Plano Piloto, da Divisão de Operações Imobiliárias, do Departamento Econômico, Parte XVIII.

Brasília, 10 de maio de 1972
DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Superintendente

A T A DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada às 09:00 horas do dia 29 de abril de 1972.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e dois, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP -, situada no Setor Bancário Norte, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se extraordinariamente a Assembléia Geral, na forma prevista no artigo 29 dos Estatutos Sociais da Companhia, sob a Presidência do Engenheiro DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA, Superintendente da Companhia, com a presença do Doutor AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO, Procurador Geral do Distrito Federal, representando o Distrito Federal e do Doutor MAURO MONTEIRO, Procurador Chefe da Fazenda Nacional no Distrito Federal, designado pela Portaria nº 73 de 26 de abril de 1972, do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Fazenda Nacional para representar a União, acionistas detentores da totalidade do capital social da Emprêsa. Estiveram também presentes o Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO, Consultor Jurídico da Superintendência da NOVACAP, o Professor HENRIQUE TEIXEIRA TAMM, Chefe do Gabinete da Superintendência e o Senhor ADILSON DE FARIA, Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados, designados os dois últimos, para Secretários da Assembléia. Aberta a sessão, o Senhor Presidente determinou a leitura do Edital de Convocação publicado no "Correio Brasiliense", "Diário Oficial da União" e "Distrito Federal", respectivamente, nos dias 14, 17, 25 e 27-4-72, cujos termos vão a seguir transcritos: "COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - De acordo com o disposto no artigo 14, item II, dos Estatutos Sociais da Companhia, ficam os Senhores Acionistas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP -, convocados para uma Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 27 (vinte e sete) do corrente mês, às 16 horas, na sede da Companhia, situada no Setor Bancário Norte, nesta Capital, para exame e apreciação dos seguintes assuntos: a) - Reversão de Áreas à União; b) - Cessão de Áreas ao Distrito Federal; c) - Assuntos Gerais. Brasília, 13 de abril de 1972. As. DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA - Superintendente". Por motivo de fôrça maior, a Assembléia Geral Extraordinária foi transferida para o dia 29 do mesmo mês, às 09:00 horas, conforme "aviso" publicado no "Correio Brasiliense", "Diário Oficial da União" e "Distrito Federal", respectivamente, nos dias 26 e 27, cujos termos são os seguintes: "COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - AVISO - Avisamos aos Senhores Acionistas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil NOVACAP, que as ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA convocadas para o dia 27 de abril de 1972, às 15:00 e 16:00 horas, respectivamente, ficam adiadas, por motivo de fôrça maior, para o próximo dia 29, às 08:00 e 09:00 horas, respectivamente. As. DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA - Superintendente". Em cumprimento ao item a do Edital de Convocação - Reversão de áreas à União, foram apreciados os seguintes processos: 1) - Nº 56.701/70 - Reversão ao Serviço do Patrimônio da União da projeção nº 09, da SQN-302, para uso da CÂMARA DOS DEPUTADOS: DECISÃO: Autorizada a reversão, devendo constar da respectiva escritura a seguinte cláusula: "Em caso de alienação, os adquirentes ficarão obrigados a indenizar à Novacap o preço do terreno de acordo com apropriação a ser efetuada à época dessa alienação". 2) - Processo nº 73.780/69 - Reversão ao Serviço do Patrimônio da União da área constante da Planta SAI - PR-60/1 - Norte, destinada à construção de garagem, para uso do CONGRESSO NACIONAL. DECISÃO: Autorizada a reversão. 3) - Processo nº 55.093/69 - Reversão ao Serviço do Patrimônio da União, do lote nº 07, Quadra 04, Setor de Autarquias Sul, para uso da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA: DECISÃO: Autorizada a reversão. 4) - Processo nº 50.385/70 - Reversão ao Serviço do Patrimônio da União das projeções de nºs 01 a 11 da SQS 316, para uso do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. DECISÃO: Pelo encaminhamento do processo à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. 5) - Processo nº 13.728/71 - Reversão ao Serviço do Patrimônio da União do lote nº 03 - SAI-Sudoeste, para uso do SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES e destinado à construção da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES. DECISÃO: Autorizada a reversão. 6) - Processo nº 23.585/71 - Reversão ao Serviço de Patrimônio da União das projeções 04 e 05 da SQN 209, para uso do SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. DECISÃO: Autorizada a reversão, devendo os terrenos que ficarem em poder do S.N.I., em caso de permuta, serem onerados com a seguinte cláusula, na respectiva escritura de reversão: "Em caso de alienação, os adquirentes ficarão obrigados a indenizar à Novacap, o preço do terreno, de acordo com apropriação a ser efetuada à época dessa alienação". 7) - Processo nº 20.472/71 - Reversão ao Serviço do Patrimônio da União da Área Especial 17 - Setor C-Norte na cidade satélite de Taguatinga, para uso da SUPERINTENDÊNCIA DE CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA do Ministério da Saúde. DECISÃO: Encaminhar o processo em diligência ao MINISTÉRIO DA SAÚDE, para pronunciamento à vista do despacho do Procurador Geral do Distrito Federal a fls. 15. 8) - Processo nº 17.310/71 - Permuta da SQN 112, cuja reversão ao S.P.U. para uso do MINISTÉRIO DO EXÉRCITO já foi autorizada pela Assembléia Geral de 29-4-71, pela SQN 103. DECISÃO: Mantida a decisão proferida pela Assembléia Geral de 29-4-71, No caso de ser concretizada a permuta pretendida pelo MINISTÉRIO DO EXÉRCITO com o D.N.E.R., as projeções da SQN 103, deverão ser oneradas com a seguinte cláusula: "Em caso de alienação, os adquirentes ficarão obrigados a indenizar a Novacap o preço do terreno, de acordo com apropriação a ser efetuada à época dessa alienação. Passando ao item b do Edital de Convocação: Cessão de áreas ao Distrito Federal, foram apreciados os seguintes processos: 9) - Processo nº 53.859/69 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL dos lotes 43 a 48 das Quadras 911 e 912, respectivamente, do Setor de Grandes Áreas Sul, bem como das benfeitorias neles construídas pela NOVACAP. DECISÃO: Autorizada a cessão. 10) - Processo nº 13.614/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do imóvel denominado CATETINHO, para uso do DEPARTAMENTO DE TURISMO E RECREAÇÃO - DETUR. DECISÃO: Referendada a cessão da área constante da Planta PR 70/1 do Setor de Áreas Isoladas Sul e os bens móveis e imóveis nela existentes - CATETINHO. 11) - Processo nº 09.341/67 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL da área constante da Planta PR-59/1 no Setor de Áreas Isoladas, para uso do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO: Autorizada a doação da área ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, à vista de ter aquele órgão erigido por conta própria, a sua sede. 12) - Processo nº 55.754/70 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do módulo "B" - Setor de Áreas Isoladas Norte, para uso do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO: Convertido o processo em diligência à Co.A.U. para que se pronuncie sobre a área pretendida pelo DER-DF, para ampliação de sua sede. 13) - Processo nº 15.493/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL da área denominada "Pista de Recreação", no SDC, para uso da FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO: Autorizada a doação da área pretendida, inclusive benfeitorias, à FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. 14) - Processo nº 74.780/69 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL da área e benfeitorias construídas pela Novacap no SDC, compostas de Sala de Exposição e Auditório, Tanque de Modelismo Naval, Vestiário e Bar, para uso da Fundação Cultural do Distrito Federal. DECISÃO: Autorizada a doação da área e benfeitorias pretendidas, à FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. 15) - Processo nº 01.982/72 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A" Quadra Externa nº 12 do SRIA, destinada à construção de Escola Parque. DECISÃO: Autorizada a cessão. 16) - Processo nº 01.985/72 - cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "J" Quadra Externa nº 08, S.R.I.A., destinado a construção de Escola Classe. DECISÃO: Autorizada a cessão. 17) - Processo nº 01.986/72 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "Q" - Quadra Externa nº 07 - S.R.I.A., destinado a construção de Escola Parque. DECISÃO: Autorizada a cessão. 18) - Processo nº 48.580/69 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL da Área "A" - Setor de Habitação Individual Sul - Trecho 05, destinado a Posto de Saúde. DECISÃO: Autorizada a cessão. 19) - Processo nº 02.634/69 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL da área constante da Planta PR-54/1 - SAI-Sul, destinada ao HORTO FLORESTAL DE TAGUATINGA. DECISÃO: Autorizada a cessão. 20) - Processo 03.948/72 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote nº 02, Quadra 805 S.H.C.E. - Sul destinado a construção de Centro de Ensino Médio. DECISÃO: Autorizada a cessão. 21) - Processo nº 35.198/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL da área "E" - Setor SAI-NO, constante da Planta PR-26/2, para uso da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO: Autorizada a cessão. 22) - Processo nº 35.200/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote nº 14 - Setor Área Especial, SRE-Sul, constante da Planta PR-19/1. DECISÃO: Autorizada a cessão. 23) - Processo nº 35.201/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A" - Entrequadra 104/304-Norte, constante da Planta PR-57/1. DECISÃO: Autorizada a cessão. 24) - Processo nº 35.202/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote nº 16 - SRE Sul. DECISÃO: Autorizada a cessão. 25) - Processo nº 35.204/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "C" - Entrequadra 713/913 - SEP-Sul, constante da Planta PR-6/1. DECISÃO: Autorizada a cessão. 26) - Processo nº 35.205/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A", Entrequadra 104/304-Sul, objeto da Planta PR-50/1. DECISÃO: Autorizada a cessão. 27) - Processo nº 35.210/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote situado no Setor Comercial Central - Quadra 02, Bloco "K" da cidade satélite de Planaltina. DECISÃO: Autorizada a cessão 28) - Processo nº 35.211/71 - Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A", Entrequadra 204/404-Sul. DECISÃO: Autorizada a cessão. Passando ao item c - Assuntos Gerais, foram apreciados os seguintes processos: 29) - Processo nº 24.926/68 e anexo 78.658/70 - Regularização de terreno, cuja venda foi autorizada pela Assembléia Geral de 29-4-71, ao COLÉGIO PLINIO CANTANHEDE, em nome da SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE NACIONAL DE TECNOLOGIA, na qualidade de sua sucessora legal. O Senhor Representante do Governo do Distrito Federal solicitou "vista" do processo. 30) - Processo nº 36.135/71 - Doação à COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB de equipamentos que se encontram na Divisão do Material. DECISÃO: O material relacionado neste processo teve sua baixa determinada no patrimônio da Companhia, por inservível. Entretanto, constatando-se que tais peças constituem-se em acessórios de máquinas já entregues à CEB, como integrantes de seu Capital Social, autoriza-se a entrega, mantida a baixa no patrimônio da NOVACAP. 31) - Processo nº 35.898/69 - Doação da Área Especial nº 08 - Setor "J" Norte da cidade satélite de Taguatinga à MISSÃO PRESBITERIANA DO OESTE DO BRASIL. DECISÃO: Autorizada a doação. 32) - Processo nº 11.291/72 - Financiamento para acabamento das obras do TEATRO NACIONAL - 1a. Etapa. DECISÃO: Tendo em vista autorização do Excelentíssimo Senhor Governador para o reinício das obras de acordo com a proposta do Senhor Superintendente, a Assembléia Geral autorizou os entendimentos necessários visando a obtenção de financiamento para o prosseguimento das obras, até o limite de Cr$ 9.000.000,00, condicionando a audiência prévia da Secretaria do Governo quanto à transferência da dotação com efeito indenizatório à NOVACAP. 33) - Processo nº 11.675/72 - Venda da área destinada à Estação de Cargas, situada no S.I.A. constante da Planta PR-9/1 à CENABRA - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A., ao preço vigente, mediante pagamento em ações daquela emprêsa de valor correspondente ao preço do terreno. O Senhor Representante do Governo do D.F., constatando inteira identidade de ponto de vista entre a Novacap e a CENABRA, conforme lhe fôra presente o Senhor Governador, vota pela venda na forma proposta, isto é, com pagamento em ações, caso não haja conflito com a Legislação Federal que regulamenta as Centrais de Abastecimento. 34) - Processo nº 44.797/70 - Venda de lote a preço simbólico à ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE. DECISÃO: O Senhor Procurador Geral do Distrito Federal solicitou "vista" do processo. 35) - Processo nº 21.759/67 - Cancelamento da autorização de venda, a preço simbólico, dos lotes 1, 2 e 3 - Área Especial nº 03, da cidade satélite de Sobradinho, feita à SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA. DECISÃO: Cancelada a venda. 36) - Processo nº 03.154/68 - Cancelamento da doação do lote "F", Entrequadra 707/907 - SEP-Sul, feita à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESCRITORES - ANE. DECISÃO: Cancelada a doação. 37) - Processo nº 41.426/67 - Cancelamento da doação do lote nº 28 - Setor Bancário Norte, ao BANCO CENTRAL DO BRASIL. O Senhor Representante da União solicitou "vista" do processo. 38) - Processo nº 02.810/61 - Cancelamento da doação do lote T.3 - Setor de Diversões Sul a S.B.A.C.E.M. - SOCIEDADE BRASILEIRA DE AUTORES, COMPOSITORES E ESCRITORES DE MÚSICA - DECISÃO: Cancelada a doação. 39) - Processo nº 25.614/71 - Retificação da decisão proferida pela Assembléia Geral de 22-11-71, a fim de constar como revertidas ao Serviço do Patrimônio da União para uso do SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES as projeções nºs 10 e 11 da SQS 313, mantendo-se a projeção de nº 09, da mesma quadra para uso do ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. DECISÃO: Autorizada a retificação com a manutenção da cláusula sobre alienação futura. 40) - Processo nº 2.080/72 - Acêrto de contas entre a NOVACAP e a COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB e aplicação do saldo credor desta Companhia em ações da CEB. À vista da identidade entre os pontos de vista entre a NOVACAP e a CEB, vota na forma proposta, isto é, conversão do saldo credor em ações da CEB, caso não haja conflito com a Legislação Federal que regulamenta as Companhias de Eletricidade. 41) - Processo nº 24.181/68 - Encontro de contas entre esta Companhia e o IPASE. DECISÃO: A Assembléia converte o processo em diligência, a fim de ser esclarecido se foi cumprida a parte final do voto do Representante do Governo do Distrito Federal, às fls. 403-v. do processo, anexando-se em caso positivo, o processo relativo ao encontro de contas. 42) - Processo nº 07.789/72 - Pagamento de "jetons" a membros do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO em gozo de férias. O Senhor Representante do Distrito Federal solicitou "vista" do processo. 43) - Processo nº 12.374/72 - Aprovação de normas e critérios econômicos apresentados pela COMISSÃO CENTRAL DO PATRIMÔNIO. DECISÃO: Aprovado o Relatório da Comissão, ficando a cargo da Diretoria o critério a ser aplicado. Encerrada a Ordem do Dia e não havendo mais ninguém que quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu ADILSON DE FARIA, lavrei a presente ATA que, lida e aprovada é assinada pelos presentes.

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
MAURO MONTEIRO
DARIO DELIO CARDOSO
HENRIQUE TEIXEIRA TAMM
ADILSON DE FARIA

A T A DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada às 08,00 horas do dia 29 de abril de 1972.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e dois, às oito horas, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, situada no Setor Bancário Norte, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se ordinariamente a Assembléia Geral, na forma prevista no artigo 29 dos Estatutos Sociais da Novacap, sob a Presidência do Engenheiro DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA, Superintendente da Companhia, com a presença do Doutor AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO, Procurador Geral do Distrito Federal, e do Doutor MAURO MONTEIRO, Procurador Chefe da Fazenda Nacional no Distrito Federal, representando, respectivamente, o Distrito Federal e a União, acionistas detentores da totalidade do capital social da Empresa. Estiveram também presentes o Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO, Consultor Jurídico da Superintendência da NOVACAP, o Professor HENRIQUE TEIXEIRA TAMM, Chefe do Gabinete da Superintendência e o Senhor ADILSON DE FARIA, Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados, designados os dois últimos, para Secretários da Assembléia. Aberta a sessão, o Senhor Presidente determinou a leitura do Edital de Convocação publicado no "Correio Braziliense", Diário Oficial da União" e "Distrito Federal", respectivamente, nos dias 14, 17 e 27-4-72, cujos termos vão a seguir transcritos: ... "COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - De acordo com o disposto no artigo 14, item II, dos Estatutos Sociais da Companhia, ficam os Senhores Acionistas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP -, convocados para a Assembléia Geral Ordinária a se realizar no dia 27 (vinte e sete) do corrente mês, às 15 horas, na sede da Companhia, situada no Setor Bancário Norte, nesta Capital, para exame e apreciação dos seguintes assuntos: a) - apreciação do Relatório da Diretoria e do Balanço Geral da Companhia, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1972; b) - assuntos gerais. Brasília, 13 de abril de 1972. - As. DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA - Superintendente." Por motivo de força maior, a Assembléia Geral Ordinária, foi adiada para o dia 29 do mesmo mês, conforme "AVISO" publicado no Diário Oficial da União", "Correio Braziliense" e "Distrito Federal", respectivamente, nos dias 26 e 27-4-72, cujos termos vão a seguir transcritos: "COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - AVISO - Avisamos aos Senhores Acionistas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP -, que as ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA convocadas para o dia 27 de abril de 1972, às 15,00 e 16,00 horas, respectivamente, ficam adiadas por motivo de força maior, para o próximo dia 29, às 8,00 e 9,00 horas, respectivamente. As. DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA - Superintendente." A seguir, o Senhor Presidente, em observância à Ordem do Dia apresentou o RELATÓRIO DA DIRETORIA DA COMPANHIA, BALANÇO GERAL e PARECER DO CONSELHO FISCAL relativos ao exercício de 1971. Franqueada a palavra, dela fez uso o Senhor Representante do Distrito Federal, que na oportunidade, apresentou o ofício nº 166/72-SEF, do Senhor Secretário de Finanças do Governo do Distrito Federal, do seguinte teor: "Brasília, 27 de abril de 1972. Sr. Procurador-Geral, Em referência ao processo nº 00166/72, encaminhado a esta Secretaria em 18.4.72, tenho a honra de solicitar a V. Exa., objetivando a realização da habitual análise técnica por parte da Auditoria, que o prazo referente ao exame do Balanço da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, seja prorrogado para o dia 23 de maio próximo. Sirvo-me da oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha estima e consideração. As. ANTÔNIO FRAGOMENI - Secretário de Finanças." Face aos termos do ofício mencionado, o Senhor Representante do Distrito Federal propõe o adiamento do exame do BALANÇO DA NOVACAP, para o próximo dia 23, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade, ficando desde já os Senhores Acionistas convocados para o prosseguimento da Assembléia naquela data. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, ADILSON DE FARIA, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO MAURO MONTEIRO

DARIO DÉLIO CARDOSO HENRIQUE TEIXEIRA TAMM

ADILSON DE FARIA

A T A do prosseguimento da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, instalada no dia 29 de abril de 1972, realizada aos 23 de maio de 1972.

Aos vinte e três dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP -, situada no Setor Bancário Norte, em Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os acionistas da Companhia, sob a Presidência do Engenheiro DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA, Superintendente da Novacap, com a presença do Doutor AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO, Procurador Geral do Distrito Federal, representando o Distrito Federal e do Doutor MAURO MONTEIRO, Procurador Chefe da Fazenda Nacional no Distrito Federal, representando a União, acionistas detentores da totalidade do capital social desta Empresa. Estiveram também presentes o Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO, Consultor Jurídico da Superintendência da Novacap, o Professor HENRIQUE TEIXEIRA TAMM, Chefe do Gabinete da Superintendência e o Senhor ADILSON DE FARIA, Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados, tendo a Presidência designado os dois últimos para continuarem secretariando a Assembléia. Aberta a sessão, o Senhor Presidente tomando a palavra disse aos Senhores Acionistas presentes, que tendo sido proposta pelo representante do Distrito Federal a suspensão dos trabalhos da Assembléia Geral Ordinária, instalada a 29 de abril, conforme constou da ata da sessão, cuja lavratura determinara, reabria os trabalhos da mesma Assembléia, passando a palavra ao representante do Distrito Federal, Doutor Procurador AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO que tomando-a teceu considerações sobre o parecer da Auditoria da Secretaria de Finanças, do qual destacava a recomendação no sentido de ser liquidada a conta "Devedores Diversos", vez que da mesma constam pessoas e firmas conhecidas, sendo, portanto, viável o recebimento das importâncias por elas devidas, cabendo à Diretoria envidar todos os esforços para o recebimento das mesmas, devendo apresentar à próxima Assembléia Geral relatório circunstanciado sobre o assunto. Com respeito à reavaliação do patrimônio da Empresa, dispensava de tecer comentários, tendo em vista que aprovara na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29-4-72, proposta da Comissão designada pela Superintendência da Empresa para fixação de critérios que possibilitarão a que a NOVACAP proceda à reavaliação de seus bens, o que coincide com o recomendado no parecer da Auditoria da Secretaria de Finanças, consubstanciado no processo nº 9.166/72-Novacap. Recomendou ainda que, quando da elaboração do Balanço Geral referente ao corrente exercício, sejam adotadas, quanto ao aspecto técnico, as recomendações constantes do parecer da Secretaria de Finanças. Por fim, louvando-se nos pareceres da Auditoria constantes do processo nº 9.166/72-Novacap e Conselho Fiscal da NOVACAP, opinava pela aprovação do RELATÓRIO DA DIRETORIA e do BALANÇO GERAL DA COMPANHIA, relativos ao exercício de 1971, julgando bons e bem prestadas suas contas. A seguir, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao representante da União, Doutor Procurador MAURO MONTEIRO, que proferiu o seguinte voto: "Pela aprovação, nos termos do parecer do Conselho Fiscal da NOVACAP." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, ADILSON DE FARIA, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos presentes.

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO

MAURO MONTEIRO

DARIO DÉLIO CARDOSO

HENRIQUE TEIXEIRA TAMM

ADILSON DE FARIA

DIRETORIA DA NOVACAP

Sessão nº 822a. realizada em: 02.06.72

Nº 01

PROCESSO Nº 69.333/70

REFERÊNCIA: SILVIO PEREIRA BARBOSA - requer a compra de um lote comercial na Cidade Satélite do Gama.

DECISÃO

A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote 10 - Quadra 39 - Setor Leste Comercial da Cidade Satélite do Gama, à firma SILVIO PEREIRA BARBOSA, pelo preço e condições vigentes.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 02

PROCESSO Nº 41.212/67

REFERÊNCIA: FRANCISCO NONATO DA SILVA - requer a compra do lote 04 - Bloco 400 - Setor 2a. Avenida Residencial do Núcleo Bandeirante.

DECISÃO

A Diretoria com o voto de Relator, considerando que a pretensão do interessado contraria as normas vigentes e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, indefere o pedido do Senhor FRANCISCO NONATO DA SILVA, para regularização do lote 04 - Bloco 400 - Setor 2a. Avenida Residencial do Núcleo Bandeirante e determina a reintegração do mesmo ao patrimônio da Companhia.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 03

PROCESSO Nº 20.998/68

REFERÊNCIA: DEPARTAMENTO ECONOMICO - propõe o cancelamento da autorização da venda do lote 95 - Quadra 6 - Setor Leste Residencial do Gama, feita a FRANCISCO MORENO DA SILVA.

DECISÃO

A Diretoria com o voto do Relator, considerando o constante dos autos e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, cancela sua decisão nº 120, proferida na 648a. Sessão que autorizou a venda do lote 95 - Quadra 6 - Setor Leste Residencial do Gama ao Senhor FRANCISCO MORENO DA SILVA

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 04

PROCESSO Nº 06.660/68

REFERÊNCIA: JOSEFA PEREIRA DA SILVA - pleiteia a regularização do lote 23 - Quadra QN.39 - Setor "D" de Taguatinga.

DECISÃO

A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, considerando ainda que o pedido está amparado pelo art. 1º da Resolução 76/71, autoriza a venda do lote 23 - QN. 39 - Setor "D" da Cidade Satélite de Taguatinga, a JOSEFA PEREIRA DA SILVA, pelo preço e condições vigentes, devendo a parte beneficiada pagar as custas processuais conforme estabelece o art. 10º da citada Resolução.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 05

PROCESSO Nº 76.574/70

REFERÊNCIA: MADALENA DA SILVA CHAGAS - requer a compra de um lote comercial no Núcleo Bandeirante, para o que fez entrega da área que ocupava na Travessa Berocan nº 150-A daquela Cidade Satélite.

DECISÃO

A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 257-A - Setor 2a. Avenida Comércio da Cidade Safélite do Núcleo Bandeirante à firma MADALENA DA SILVA CHAGAS pelo preço e condições vigentes, devendo o processo ser encaminhado ao Departamento Jurídico para visto na minuta inclusiva.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 06

PROCESSO Nº 35.207/71

REFERÊNCIA: Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "C" - QI. 04 - Setor Habitacional Individual Sul do Plar Piloto.

DECISÃO

A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "C" - QI. 04 - SHI - Sul, devendo ser fixado o preço de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) por metro quadrado.

Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO

a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 07
PROCESSO Nº 35.203/71
REFERÊNCIA: Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A" - Setor de Grandes Áreas Sul - Quadra 915 do Plano Piloto, onde se encontra instalada a 1a. Delegacia de Polícia.
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista a informação da Contadoria Geral de que a construção existente no imóvel não foi feita com verba orçamentária da Companhia e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A" - Setor de Grandes Áreas Sul - Quafra 915 S. W., devendo ser fixado em Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) o preço por metro quadrado.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS

Nº 08
PROCESSO Nº 35.206/71
REFERÊNCIA: Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A" - QI. 1/1 - Setor Habitacional Individual Sul do Plano Piloto, onde se encontrava funcionando a Central Técnica de Comunicações.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista a informação da Contadoria Geral que a construção existente no imóvel não foi feita com verba orçamentária da Companhia e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela Cessão ao DISTRITO FEDERAL do lote "A" - QI-1/1 - SHI - Sul, devendo ser fixado em Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) o preço por metro quadrado.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS

Nº 09
PROCESSO Nº 02.136/72
REFERÊNCIA: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS requer a compra de 17 projeções na SQDS. 401/402, para construção de apartamentos destinados a seus servidores.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista o constante do processo e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda das projeções nºs. 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 da Super Quadra Sul 402 do Plano Piloto, ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 10
PROCESSO Nº 08.329/72
REFERÊNCIA: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO - requer a compra do lote nº 12 - QL. 4/9 do SHI - Sul, para construção da residência oficial do Presidente daquele Órgão.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, considerando ainda que a pretensão do interessado está amparada pela Resolução 70/70 - art. 11, autoriza a venda do lote nº 12 - da QL. 4/9 do SHI - Sul ao BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 11
PROCESSO Nº 49.425/69
REFERÊNCIA: DEPARTAMENTO ECONOMICO - propõe o cancelamento da doação do lote 02 - Trecho 01 - do Setor Esportivo Sul, feita à CASA GOIÁS, por sua inadimplência no prazo de construção determinado pela Assembléia Geral.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator, cancela sua decisão nº 54, proferida na 682a. Sessão e encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração para medida idêntica em sua decisão, referente ao cancelamento da doação do lote 02 - Trecho 01 - do Setor Esportivo Sul feita à CASA GOIÁS, em face da inadimplência verificada no prazo de construção no imóvel.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 12
PROCESSO Nº 42.415/70
REFERÊNCIA: WILLIAM LÉO METZ - solicita a regularização da venda do lote nº 105 - Quadra 13 - Setor Leste Residencial da Cidade Satélite do Gama.
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 105 - Quadra 13 - Setor Leste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor WILLIAM LÉO METZ, considerando que o pedido encontra amparo na Resolução 76/71 - artigo 1º, 3º, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 13
PROCESSO Nº 10.810/72
REFERÊNCIA: JOSÉ FELIX DE FREITAS - solicita a regularização da venda do lote nº CL. 1 - Quadra 15 - Setor Comercial da Cidade de Sobradinho.
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº CL. 1 - Quadra 15 - Setor Comercial da Cidade Satélite de Sobradinho, ao Senhor JOSÉ FELIX DE FREITAS, pelo preço e condições vigentes em caráter excepcional.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 14
PROCESSO Nº 12.684/72
REFERÊNCIA: SEBASTIÃO DIAS FERREIRA - solicita a regularização da venda do lote nº 28 - Quadra 22 - Setor Leste Residencial da Cidade Satélite do Gama.
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 28 - Quadra 22 - Setor Leste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor SEBASTIÃO DIAS FERREIRA, considerando que o pedido encontra amparo na Resolução 76/71 - artigos 1º e 5º, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 15
PROCESSO Nº 12.999/72
REFERÊNCIA: JOSEPHA DA CONCEIÇÃO PINTO - solicita a regularização da venda do lote nº 85 - Quadra 21 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama.
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 85 - Quadra 21 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, à Senhora JOSEPHA DA CONCEIÇÃO PINTO, tendo em vista que a requerente encontra amparo na Resolução 76/71 - artigos 1º e 5º, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 16
PROCESSO Nº 12.675/72
REFERÊNCIA: LUZIA BASILIO DA SILVA - solicita a regularização da venda do lote nº 18 - Quadra 06 - Conjunto "A" Setor Sul Residencial da Cidade Satélite do Gama.
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 18 - Quadra 06 - Conjunto "A" - Setor Sul Residencial da Cidade Satélite do Gama, à Senhora LUZIA BASILIO DA SILVA, considerando que o pedido encontra amparo na Resolução 76/71 - artigo 1º, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 17
PROCESSO Nº 46.280/62
REFERÊNCIA: JOSÉ PENA DE FARIA - solicita a regularização em seu nome, do lote nº 21 - Quadra QN. 05 - Setor "D" Residencial da Cidade Satélite de Taguatinga.
DECISÃO
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a transferência do lote nº 21 - Quadra QN. 05 - Setor "D" Residencial da Cidade Satélite de Taguatinga, compromissado com o Senhor THEODORO RODRIGUES para o Senhor JOSÉ PENA DE FARIA, com a consequente lavratura da Escritura Definitiva, cobrando-se a taxa de transferência devida e encaminhando-se o processo ao Departamento Jurídico para visar a Minuta de Escritura inclusa.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 18
PROCESSO Nº 65.595/69
REFERÊNCIA: MANOEL CARLOS MACHADO - solicita a regularização da venda do lote nº 12 - Quadra 17 - Conjunto "E" - Residencial - Cidade Satélite de Sobradinho.
D E C I S Ã O
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 12 - Quadra 17 - Conjunto "E" - Residencial - Cidade Satélite de Sobradinho, ao Senhor MANOEL CARLOS MACHADO, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 19
PROCESSO Nº 61 886/70
REFERÊNCIA: JOSÉ DE SOUSA NETO - solicita a regularização da venda do lote nº 180 - Quadra 11 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama.
D E C I S Ã O
A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Departamento Econômico, autoriza a venda do lote nº 180 - Quadra 11 - Setor Oeste Residencial da Cidade Satélite do Gama, ao Senhor JOSÉ DE SOUSA NETO, pelo preço e condições vigentes.
Relator: Diretor THOMPSON SCAFUTO.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) THOMPSON SCAFUTO
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES

Nº 20
Processo nº 17.220/72
Referência: ESCRITÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO - apresenta propostas para locação de salas destinadas ao funcionamento daquele Escritório, sendo uma de renovação e outra para contrato inicial.
D E C I S Ã O:
A Diretoria com o voto do Relator, aprova a locação das salas oferecidas pela firma PROBUS IMÓVEIS LTDA., constantes do quinto pavimento do prédio sito à Rua Florêncio de Abreu, nº 194 na cidade de São Paulo, para instalação do ESCRITÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO, cujo aluguel mensal durante o primeiro ano será de Cr$ 1.700,00 (hum mil e setecentos cruzeiros) e no segundo ano de Cr$ 2.00,00 (dois mil cruzeiros), perfazendo o valor total de Cr$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros) nos termos da minuta de contrato anexa.
Relator: Diretor PAULO DARCY PALHAS
a)- Delpho Pereira de Almeida
a)- Paulo Darcy Palhas
a)- Paulo Janot Borges
a)- Thompson Scafuto.

Nº 21
Processo nº: 11.397/72
REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS nº 017/72-CPL - referente a aquisição de materiais destinados ao departamento de Viação e Obras.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o relatório da Comissão Permanente de Licitação, homologa a Tomada de Preços nº 017/72-CPL e autoriza a aquisição dos materiais solicitados pelo Departamento de Viação e Obras, com as firmas abaixo discriminadas, pelo valor global de Cr$ 76.200,00 (setenta e seis mil e duzentos cruzeiros), já estando incluídos todos os impostos, devendo os mesmos serem entregues na Divisão de Águas Pluviais do D.V.O. no Setor de Indústria e Abastecimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento pelas firmas das Notas de Empenho, aplicando-se as penalidades previstas no item 5. 2, Capítulo V do Edital, se as mesmas não cumprirem o prazo estabelecido.
FUNDIÇÃO CARMENSE S/A - Item 01 - ...Cr$ 3.300,00
FUNDIÇÃO ALDEBARÁ LTDA - Item 02 - ...Cr$ 72.900,00
Valor global...Cr$ 76.200,00
Relator: Diretor PAULO DARCY PALHAS
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 22
PROCESSO Nº 11.396/72
REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS nº 016/72, referente a aquisição de diversos materiais destinados ao Departamento de Viação e Obras.
DECISÃO
A Diretoria com o voto de Relator e de acordo com o relatório da Comissão Permanente de Licitação, homologa a Tomada de Preços nº 016/72-CPL e autoriza a aquisição dos materiais solicitados pelo Departamento de Viação e Obras, com a firma - ARTEC - ARTEFATOS DE CIMENTO LIMITADA, pelo valor global de Cr$ 352.200,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e duzentos cruzeiros), já estando incluídos todos os impostos, inclusive o I.P.I., devendo os mesmos serem entregues na Divisão de Águas Pluviais do D.V.O., no Setor de Indústria e Abastecimento, nos prazos estabelecidos no item 5. 1. do Edital, contados da data do recebimento pela firma da Nota de Empenho, devendo os tubos serem submetidos a teste de compressão diametral, conforme exigência EB-6-1943.
O não cumprimento dos prazos estabelecidos implicará nas penalidades previstas no item 5.2. do Capítulo V do Edital.

Relator: Diretor PAULO DARCY PALHAS
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 23
PROCESSO Nº 16.699/72
REFERÊNCIA: CARLOS ANTONIO VIEIRA - servidor da Novacap, solicita a compra mediante consignação em folha de pagamento, de 01 mesa e 01 cadeira, que se encontram sob a guarda da Divisão do Material, consideradas inservíveis para a Companhia.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator e considerando que o presente processo está de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração em sua 688a. Sessão, autoriza a venda dos imóveis relacionados às fls. 01, ao servidor CARLOSANTONIO VIEIRA, pelo preço total de Cr$ 185,00 (cento e oitenta e cinco cruzeiros), que deverá ser descontado de seus vencimentos em 10 (dez) parcelas iguais e consecutivas.
Relator: Diretor PAULO DARCY PALHAS
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 24
PROCESSO Nº 16.827/72
REFERÊNCIA: Departamento de Edificações - encaminha para aprovação, proposta da firma SONDA ENGa. LTDA., para execução de serviços de sondagens e fundações dos Blocos I, J, J', L e M da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES do S.N.I.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de Tomada de Preços nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia, aprovação do "Convite" realizado pelo Departamento de Edificações e contratação com a firma SONDA - ENGENHARIA LTDA., para execução, por preço unitário, de sondagens e fundações dos Blocos I, J, J' L e M da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES do S.N.I., dando-se ao contrato o valor de Cr$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros) e prazo de 40 (quarenta) dias, contados da expedição da Ordem de Serviço.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 25
PROCESSO Nº 25.762/71
REFERENCIA: Fornecimento e colocação de filme de controle solar nos vidros basculantes superiores da fachada oeste e inferiores da fachada leste do 4º e 5º andares do MINISTÉRIO DA FAZENDA.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator e tendo em vista as informações no presente processo, encaminha-o ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando a dispensa de licitação com amparo nos artigos 22, alínea "e" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia e autorização para contratar com a firma - ORLANDI, ORLANDI S/A., o fornecimento e colocação de aproximadamente 556,00 m2. de filme de controle solar "SCOTCHTINT" marca 3-M, nos 4º e 5º pavimentos do edifício sede do MINISTÉRIO DA FAZENDA, ao preço unitário de Cr$ 137,24/m2., dando-se ao contrato o valor total estimativa de Cr$ 76.305,44 (setenta e seis mil, trezentos e cinco cruzeiros e quarenta e quatro centavos) a prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos serviços.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 26
PROCESSO Nº 16.550/72
REFERÊNCIA: Departamento de Edificações - solicita aprovação da proposta da firma FERRO DOBRADO LTDA., para fornecimento e execução dos serviços de corte, dobramento e colocação de ferro

destinado a obra da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Blocos D, E, F, I e J, em Brasília - D.F.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de Tomada de Preços nos termos dos artigos 22, alínea "g" e 25 dos Estatutos Sociais da Companhia, aprovação do "Convite" realizado pelo Departamento de Edificações e contratação com a firma FERRO DOBRADO LTDA. ENGENHARIA, INDUSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES, do fornecimento e execução dos serviços de corte, dobramento e colocação de ferro destinado a obra da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES do S.N.I. blocos D, E, F, I e J, situados no Setor Policial Sul, em Brasília, Distrito Federal, dando-se ao contrato o valor de Cr$ 523.380,00 (quinhentos e vinte três mil, trezentos e oitenta cruzeiros) para 195.000 kg de ferro e 5.850 kg de arame recozido (3% do total do ferro), e prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 27
PROCESSO Nº 13.223/72
REFERÊNCIA: PAVIPLAN - CONTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO PLANALTO LTDA. socilita pagamento de serviços extraordinários relativos ao contrato nº 293/71.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator e considerando ter o prazo do instrumento de adjudicação já expirado, autoriza o pagamento da importância de Cr$ 8.521,43 (oito mil, quinhentos e vinte e um cruzeiros e quarenta e três centavos) diretamente à firma PAVIPLAN - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO PLANALTO LTDA., referente a serviços extras executados através do contrato nº 293/71.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 28
PROCESSO Nº 17.144/72
REFERÊNCIA: Termo de aditamento ao convênio firmado em 21-02-68, já alterado pelas cláusulas primeira dos termos de aditamento e de renovação firmados em 05-07-68, 18-10-68, 15-09-69, 29-12-69, 15-10-70 e 20-04-71, entre o DISTRITO FEDERAL e esta Companhia, regulando a administração pela Novacap, da execução de obras destinadas à SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoravelmente pela elaboração de um termo de aditamento ao convênio firmado em 21-02-68, já alterado pelas cláusulas primeira, dos termos de aditamento e de renovação firmados em 05-07-68, 18-10-68, 15-09-69, 29-12-69, 15-10-70 e 20-04-71, entre o DISTRITO FEDERAL e esta Companhia, regulando a administração pela Novacap da execução de obras destinadas à SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA, visando ampliar seu objeto com a execução de obras complementares e provisórias.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 29
PROCESSO Nº 10.044/72
REFERÊNCIA: CLAY MENDES - solicita mais 45 dias de prorrogação para entrega total da Obra da Garagem e Oficinas, para o conjunto denominado CAPITANIA DOS PORTOS, objeto de contrato nº 058/71

DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com as informações da fiscalização do D.E., aceita as razões apresentadas pela firma CLAY MENDES e considera justificado o total de 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, contados a partir de 05-02-72, para conclusão da obra da Garagem e Oficinas da CAPITANIA DOS PORTOS, objeto do Contrato nº 058/71-DJ.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 30
PROCESSO Nº 16.156/72
REFERÊNCIA: Aplicação de multa à firma CLAY MENDES, relativa ao atraso de 31 dias ocorrido na execução da obra do bloco "S" - Radiologia do Hospital das Forças Armadas.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator, aplica à firma CLAY MENDES, nos termos da cláusula quinta, parágrafo segundo, alínea b do Contrato nº 200/71, assinado entre aquela firma e a NOVACAP, a multa de Cr$ 15.524,49 (quinze mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros e quarenta e nove centavos), correspondente a 31 (trinta e um) dias de atraso na última etapa do cronograma físico-financeiro da obra de construção do Bloco "S" - Radiologia do HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS, em Brasília, Distrito Federal.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

Nº 31
PROCESSO Nº: 16.698/72
REFERÊNCIA: OCRÉCIO LACERDA - servidor da Novacap, solicita a compra mediante desconto em folha de pagamento, de 01 mesa e 04 cadeiras, que se encontram sob a guarda da Divisão do Material e consideradas inservíveis para a Companhia.
DECISÃO:
A Diretoria com o voto do Relator e considerando que o presente processo está de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração em sua 688ª. Sessão, autoriza a venda dos móveis relacionados às fls. 01, ao servidor OCRÉCIO LACERDA, pelo preço de Cr$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros), que deverá ser descontado de seus vencimentos em 10 (dez) parcelas iguais e consecutivas.
Relator: Diretor: PAULO DARCY PALHAS.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO DARCY PALHAS
a) PAULO JANOT BORGES
a) THOMPSON SCAFUTO.

Nº (32)
PROCESSO Nº: 11.871/72
REFERÊNCIA: Departamento de Edificações - encaminha propostas para aquisição de 5.000 sacos de cimento, destinados à Obra do INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL.
DECISÃO:

A Diretoria com o voto do Relator e tendo em vista a urgência para execução da obra e tratando-se de material com preço tabelado, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de Tomada de Preços e aprovação do "Convite" realizado pela Divisão do Material do Departamento de Administração, devendo o pedido de 5.000 (cinco mil) sacos de cimento destinados à Obra do INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, ser dividido igualmente, entre as firmas COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND GOIÁS e COMPANHIA MINEIRA DE CIMENTO PORTLAND COMINCI, uma vez que as mesmas apresentaram menor preço e menor prazo, ou seja Cr$ 9,85 (nove cruzeiros e oitenta e cinco centavos) por saco e entrega imediata, correspondente os 2.500 sacos de cimento de cada firma, ao valor de Cr$ 24.625,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco cruzeiros), cujo pagamento será feito contra apresentação da fatura.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES.
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO.
Nº (33)
PROCESSO Nº: 16.861/72
REFERÊNCIA: Departamento de Edificações - encaminha para aprovação a proposta da firma SAEL - Indústria Reunidas Ltda., para fornecimento de diversos materiais destinados à Escola Nacional de Informações do S.N.I., nesta capital.
DECISÃO:
A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando dispensa de Tomada de Preços nos termos dos artigos 22, alínea g e 25, dos Estatutos Sociais da Companhia, homologação do "Convite" realizado pelo Departamento de Edificação e aprovação da proposta da firma SAEL - INDUSTRIAS REUNIDAS LTDA, para fornecimento dos materiais solicitados e destinados às obras da ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES do S.N.I., em Brasília D.F. pelo valor global proposto de Cr$ 49.162,00 (quarenta e nove mil, cento e sessenta e dois cruzeiros) e prazo de entrega dos materiais imediato
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES
a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SECAFUTO

Nº 34
PROCESSO Nº 14.318/72
REFERÊNCIA: CONVITE nº 020/72-CPL para execução sob o regime de empreitada por preço global, de concretagem com formas deslizantes das torres do edifício sede do INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ - IBC, situado na Quadra 2 do Setor de Autarquias Norte, nesta capital.
DECISÃO
A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com a decisão proferida pelo Egrégio Conselho de Administração em sua 708a. Sessão de 31-05-72, homologa o CONVITE Nº 020/72-CPL e autoriza a contratação com a firma BRASILIA OBRAS PUBLICAS S/A., para execução sob o regime de empreitada por preço global, de concretagem com formas deslizantes das torres do edifício sede do IN. TITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ - I.B.C. situado na Quadra 2 do Setor de Autarquias Norte em Brasília, Distrito Federal, pelo preço global proposto de Cr$ 1.037.500,00 (hum milhão, trinta e sete mil e quinhentos cruzeiros), devendo os serviços estarem totalmente concluídos no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de assinatura do contrato, ficando a Carta-Convite como parte integrante do contrato.
Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES

a) DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
a) PAULO JANOT BORGES
a) PAULO DARCY PALHAS
a) THOMPSON SCAFUTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 131, DE 14 DE JUNHO DE 1972
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 5º, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" nº 465, de 10 de dezembro de 1965, e tendo em vista o constante do processo nº 01690/72-DER-DF,
RESOLVE:
Designar, o empregado JOSÉ LEOPOLDO DA SILVA NEVES, Técnico de Contabilidade, EP-11, matrícula nº 91.421, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, DER-DF, para substituir o Assistente da Junta de Controle durante o período de 10/07/72 a 08/09/72.
Brasília, DF., 14 de junho de 1972
CLÁUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
Diretor Geral do DER-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 132, DE 14 DE JUNHO DE 1972
O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965, e tendo em vista o constante do processo nº 01737/72-DER-DF,
RESOLVE:
Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho do empregado MANOEL ABADIA CARDOSO DE OLIVEIRA, Trabalhador, EP-01 matrícula nº 90.975, da Tabela de Empregos Permanentes-TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, DER-DF, a partir de 12 de junho de 1972.

Brasília, DF., 14 de junho de 1972.
CLÁUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
Diretor Geral do DER-DF

RELAÇÃO DAS DESPESAS EFETUADAS COM RECURSOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS TERRITÓRIOS E DOS MUNICÍPIOS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1.971.

HISTÓRICO	Cr$	Cr$
DESPESAS DE CAPITAL		
OBRAS PÚBLICAS		
Obras de ARTE NA BR-020	153.695,00	
Implantação e Pavimentação - 2ª Pista da Rodovia BR-020, Trecho Balão do Torto/Balão de Sobradinho.	1.282.305,00	1.436.000,00
TOTAL DOS RECURSOS RECEBIDOS		1.436.000,00

DECLARAMOS não terem sido, durante o exercício de 1.971, alienados Bens Adquiridos com recursos do Fundo de Participação dos ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS TERRITÓRIOS E DOS MUNICÍPIOS.

LUIZ JACINTHO DE MELLO-CRC-2158-T-MG
Chefe do Serviço de Contabilidade

RUBENS ZEFERINO DO AMARAL
Diretor da Div. de Administração

ARTHUR COÊLHO DE MELLO
Assessor de Programação

CLAUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
Diretor Geral do DER/DF.

JUNTA DE CONTRÔLE DO D.E.R. - DF.

ATA DA 415ºa REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER/DF
Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quinze horas realizou-se a 415º. reunião da Junta de Controle do DER-DF, sob a Presidência do Sr. José Carlos Giovanini e com a presença do membro Dario Osvaldo Garcia. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse a leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão foi aprovada. A seguir a Junta tomou conhecimento do Of. nº 784 72 CrACr Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal ao Sr. Secretário de Viação e Obras e encaminhado ao Senhor Diretor-Geral do DER-DF, Prosseguindo, foram apresentados para exames os seguintes processos: 00725/72, 00753/72 00857/72, 00864/72, 00872/72, 00889/72, 00894/72, 00910 72, 00912/72, 00913/72, 00916/72, 00920/72, 00935/72, 00955/72, 00968/72, 00990/72, 01006/72, 01077/72, 01079/72, 01112/72, 01216/72, 01350/72, 01563/72. Os processos de nº.s 00864/72, 00913/72, 00968/72, 01563/72, foram baixados em diligências: os demais depois de examinados e conferidos foram considerados certos e tiveram encaminhamentos de rotina. As dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu, Niuzete Barros de Aquino, secretária 'ad hoc', lavrei a presente Ata que lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo Sr. Presidente e membro presente.
NIUZETE BARROS DE AQUINO
Secretária 'ad hoc'
JOSÉ CARLOS GIOVANINI
Presidente
DARIO OSVALDO GARCIA
Membro

Não permita que crianças brinquem com fogos de artifícios, fósforos, ou soltem balões. Essas brincadeiras, aparentemente inocentes, podem transformar-se em imprevistas catástrofes.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA N0 39, DE 16 DE JUNHO DE 1.972
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59. parágrafo 1º, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 550/72-STC.

R E S O L V E:
Designar, a partir de 12 do corrente, de acordo com o art. 73, parágrafo 2º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, combinado com o art. 63 ao Decreto-lei nº 274, de 28 d

vereiro de 1.967, o servidor DENILTON DA SILVA TEIXEIRENSE, Escriturário, nível 8, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, à disposição desta Corte, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Chefe da 1ª Inspetoria Seccional, símbolo TC-3, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, durante o afastamento do titular, no período de 12 de junho a 11 de julho do corrente ano.
Brasília - DF., em 16 de junho de 1.972
HERÁCLIO ASSIS DE SALLES
Presidente em Exercício

PORTARIA Nº 40, DE 16 DE JUNHO DE 1.972
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, parágrafo 1º, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 551/72-STC,

R E S O L V E:

Designar, a partir de 12 do corrente, de acordo com o art. 73, parágrafo 2º, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1.952, combinado com o art. 63, do Decreto-lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1.967, o servidor RAIMUNDO SOUZA VICTOR, Escriturário, nível 8-A, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, à disposição desta Corte, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Chefe da 4ª Inspetoria Seccional, símbolo TC-3, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, durante o afastamento do titular, no período de 12 de junho a 11 de julho do corrente ano.
Brasília - DF., em 16 de junho de 1972
HERÁCLIO ASSIS DE SALLES
Presidente em Exercício

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Termo de convênio que entre si celebram o BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, doravante denominado simplesmente BANCO, e a SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA., daqui por diante denominada simplesmente SHIS, tendo por finalidade a administração das obras de construção de sua agência em SOBRADINHO.
O BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A., com sede SBS, Bloco A, nesta Capital, neste ato denominado BANCO, de um lado, e, do outro, a SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA., com sede no Edifício Seguradoras, SBS, neste instrumento denominada SHIS ajustaram entre si o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O BANCO, por este instrumento, incumbe à SHIS a administração das obras de sua agência em SOBRADINHO, conforme especificações constantes das cláusulas segunda, terceira e quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA — Os projetos, plantas, especificações e demais detalhes necessários à boa execução das obras mencionadas na cláusula primeira, ficarão a cargo da SHIS que, antes de iniciar a construção, os submeterá para aprovação do BANCO, sem cujo prévio conhecimento e autorização por escrito não poderão ser alterados.
Parágrafo primeiro — Observadas as peculiaridades e programa da agência, os projetos e demais detalhes de que trata esta cláusula compreendem:
I — Arquitetura:
a) seu desenvolvimento e detalhamento;
b) elevadores (quando couberem);
c) ar condicionado (quando couber);
d) sistema de música ambiente;
e) sistema de comunicações;
f) urbanização e paisagismo.
II — Cálculo estrutural.
III — Projetos de instalações elétricas e hidráulicas, inclusive sistema de alarme contra roubo.
IV — Especificações detalhadas de todos os materiais e seu respectivo acabamento, com vistas ao pleno funcionamento da agência bancária.

CLÁUSULA TERCEIRA — Observadas as determinações e normas constantes dos elementos técnicos mencionados na cláusula anterior e seu parágrafo, os serviços a cargo da SHIS compreendem:
a) Movimento da terra;
b) Fundações diretas e indiretas
c) Estruturas, alvenarias e acabamentos;
d) Instalações elétricas, hidráulicas e sistema de prevenção contra roubo;
e) Ar condicionado, sitema automático de proteção contra incêndio;
f) Urbanização das orlas circundantes;
g) Outras obras e serviços necessários ao bom desempenho do presente convênio, tais como:
1) sondagem do terreno;
2) todos os elementos indispensáveis à implementação da obra, como sejam, greides, afastamentos, recuos, gabaritos, etc.;
3) aprovação dos projetos pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras-COAU;
4) todos os elementos indispensáveis à perfeita execução dos projetos de instalações;
5) ensaios de laboratório para controle de resistência do concreto;
6) com base no projeto completo, submeter proposta para execução total da obra, complementada com quadros quantitativos de material, custos, prazos (cronograma) e etapas de inversão financeira (cronograma de desembolso).

CLÁUSULA QUARTA — As obras a executar serão erguidas no Setor Comercial Central, Bloco 1, Quadra Central, de SOBRADINHO.
CLÁUSULA QUINTA — O valor provisório do presente convênio é de Cr$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para atendimento das despesas decorrentes dos serviços previstos na cláusula segunda, e que será adiantado à SHIS depois da publicação do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA — Após cumpridas pela SHIS, as obrigações decorrentes da cláusula segunda, observados os cronogramas de execução e de desembolso aprovados, serão adiantados à SHIS o valor correspondente a cada etapa de construção a medida que as mesmas forem sendo iniciadas, deduzido, inicialmente, o saldo que por ventura existir do adiantamento previsto na cláusula quinta.
Parágrafo Único — Receberá a SHIS, a título de taxa de administração 10% (dez por cento) sobre o valor da obra na conformidade que as faturas correspondentes a cada etapa concluída forem sendo apresentadas.

CLÁUSULA SÉTIMA — Independentemente da fiscalização que será exercida pela SHIS, o BANCO também fiscalizará, através de profissional por si credenciado, as obras a que diz respeito o presente convênio, inclusive o desenvolvimento dos projetos e detalhes de que trata a cláusula segunda.

CLÁUSULA OITAVA — A SHIS se compromete a concluir os trabalhos previstos na cláusula segunda dentro de ..... meses, a partir da publicação deste convênio; o prazo de conclusão das obras será definido no aditivo ou aditivos que forem firmados, para esse fim, pelo BANCO e pela SHIS; o presente convênio terá vigência até que se concluam todas as obras previstas no mesmo, conforme for definido nos aditivos assinados.

CLÁUSULA NONA — A SHIS poderá, obedecidas suas normas e mediante conhecimento prévio do BANCO, contratar com terceiros, por empreitada ou por administração, a execução das obras mencionadas neste convênio, ou ainda executá-las diretamente, se assim julgar conveniente.
CLÁUSULA DÉCIMA — As licitações serão julgadas por uma Comissão Julgadora, integrada por um representante do BANCO, e suas conclusões ficarão sujeitas à homologação por parte da SHIS, depois de ouvido o BANCO.
CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA — A SHIS fica dispensada do recolhimento da caução de garantia de boa execução dos serviços, nos termos do 2º, art. 770, do Regulamento do Código de Contabilidade Pública.
CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA — O presente convênio poderá ser denunciado e rescindido, mediante aviso por carta, com antecedência de 30 (trinta) dias, em caso de inadimplemento das obrigações convecionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA — Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente convênio, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e convecidos, lavrou-se o presente instrumento, em sete vias de igual teor, para um só efeito que aceitam e firmam em presença de duas testemunhas.
Brasília, 15 de junho de 1972.
VALDOIR MENEZES FERREIRA
P/SHIS
ANTONIO FRAGOMENI
P/BRB
TESTEMUNHAS:
CLAUDI VAL MANZOLILLO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS - ODONTOPEDIATRIA -QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E A DOUTORA MARIA IGNEZ CAMPOS AFONSO - CIRURGIÃ DENTISTA.
A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, sediada nesta Capital, no 8º andar do Edifício Sarah Kubtscheck, Setor Hospitalar Sul, representada por seu Presidente, Doutor OTOMAR LOPES CARDOSO, brasileiro, casado, Assistente Social, doravante denominada simplesmente 'FUNDAÇÃO' e MARIA IGNEZ CAMPOS AFONSO, brasileira, casada, Cirurgiã Dentista, residente e domiciliada nesta Capital, na SHIGS - Q. 710, Bloco 'J', Casa 40, daqui por diante chamada apenas 'CONTRATADA', tendo em vista o que consta do Processo FSSDF-0643/72, acordam em firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
A 'CONTRATADA' se obriga a prestar à 'FUNDAÇÃO' os Serviços de Odontopediatria, de um modo geral, bem como o que vier a ser objeto de cartas, avisos ou ordens, dentro da natureza do seu cargo, no atendimento de até 10 (dez) crianças, por dia.
CLÁUSULA SEGUNDA
Os serviços de que trata a cláusula anterior, serão executados no Gabinete Odontológico da Granja das Oliveiras, ou no da 'CONTRATADA', em 02 (dois) dias úteis da semana, das 08:00 às 12:00 horas.
CLÁUSULA TERCEIRA
Os serviços prestados à 'FUNDAÇÃO' na forma deste Contrato não terão caráter empregatício e se regerão exclusivamente pelas normas contidas nos artigos 1.216 a 1.236 do Código Civil.
CLÁUSULA QUARTA
Pelos serviços ajustados neste Contrato a 'FUNDAÇÃO' pagará à 'CONTRATADA' a importância mensal de até Cr$1.000,00 (um mil cruzeiros), com base no número de atendimentos, sendo-lhe no entanto assegurado um mínimo de Cr$800,00 (oitocentos cruzeiros).
Parágrafo Único- O pagamento de que trata a presente cláusula, será efetuado na Tesouraria da 'FUNDAÇÃO', mediante recibo devidamente atestado por quem de direito.
CLÁUSULA QUINTA
Nenhuma obrigação terá a 'FUNDAÇÃO' de proporcionar à 'CONTRATADA' qualquer meio de transporte ou habitação.

CLÁUSULA SEXTA
O presente contrato vigorará pelo prazo de 07 (sete) meses, a contar de 1º de junho, findo o qual nenhuma indenização caberá a qualquer das partes, em decorrência de haver o mesmo chegado ao seu termo.
CLÁUSULA SÉTIMA
A 'FUNDAÇÃO' terá direito de inspecionar diretamente o trabalho da 'CONTRATADA', a fim de constatar sua eficiência.
CLÁUSULA OITAVA
Na qualidade de profissional autônoma, obriga-se a 'CONTRATADA' a cumprir as exigências legais e fiscais para o exercício de sua profissão.
CLÁUSULA NONA
Para julgamento das controvérsias que surgirem entre a 'CONTRATADA' e a 'FUNDAÇÃO' será competente a Justiça Comum, ficando eleito desde já o Foro do Distrito Federal, com expressa renúncis de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 09 (nove) vias de igual teor, para um só efeito na presença das testemunhas a tudo presentes.
OTOMAR LOPES CARDOSO
P/FUNDAÇÃO
MARIA IGNEZ CAMPOS AFONSO
CONTRATADA
C.I.C Nº
TESTEMUNHAS:
1. CARMEN TEREZA PAGY F.DOS REIS
2. LANDAMARA ABBOTT SILVA

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E A ASSOCIAÇÃO LUISA DE MARILLAC, PARA INTERNAMENTO DE PESSOAS IDOSAS.
Aos 1º. dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois (1972), presentes no Gabinete do Senhor Secretário de Serviços Sociais, OTOMAR LOPES CARDOSO, representando na qualidade de Presidente, a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, neste ato denominada simplesmente "FUNDAÇÃO", devidamente autorizado pela Resolução nº. 38/72 (Proc. FSSDF-0912/72), e a Senhora MARIA DA GLÓRIA FREITAS QUINTELLA, representando, na qualidade de Diretora, a Associação Luisa de Marillac, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, registrada no 2º. Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, às fls. 139/41, do Livro A-1, sob o nº. 59 de ordem, doravanta denominada apenas "ASSOCIAÇÃO", resolveram firmar o presente convenio, mediante as cláusulas e condições seguintes:
DA FINALIDADE
CLÁUSULA PRIMEIRA
Este convênio tem por finalidade o atendimento a pessoas idosas, sem amparo familiar, de ambos os sexos, em regime de internamento.
CLÁUSULA SEGUNDA
A finalidade prevista na cláusula anterior, será atingido através da prestação dos seguintes serviços:
1. Alojamento.
2. alimentação, compreendendo café, desjejum, almoço, lanche e jantar;
3. vestuário;
4. assistência médico-dentária e farmacêutica, na própria entidade ou utilizando os serviços de entidade da comunidade;
5. recreação orientada;
6. atividade ocupacional
DOS BENEFICIÁRIOS
CLÁUSULA TERCEIRA
Serão beneficiados por este convênio, pessoas idosas, de ambos os sexos, normais, não portadores de doenças mentais ou infecto-contagiosas, encaminhadas pela "FUNDAÇÃO".
DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENENTES
CLÁUSULA QUARTA
A "ASSOCIAÇÃO" se compromete a receber as pessoas encaminhadas pela "FUNDAÇÃO", até o limite de 10 (dez) vagas, nos três primeiros meses de vigência do presente convênio e de 20 (vinte), a partir do mês de setembro, prestando-lhes os serviços enumerados na cláusula segunda.
CLÁUSULA QUINTA
Compete à "FUNDAÇÃO":
1. supervisionar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços, objeto deste convenio, através de um assistente social designado seu executor;
2. pagar os seguintes valores de diárias:
a) Cr$ 9,60 (nove cruzeiros e sessenta centavos) por vaga ocupada;
b) Cr$ 2,88 (dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) por vaga não ocupada.
CLÁSULA QUIINTA
Compete à "FUNDAÇÃO":
1. supervisionar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços, objeto deste convenio, através de um assistente social designado seu executor;
2. pagar os seguintes valores de diárias:
a) Cr$ 9,60 (nove cruzeiros e sessenta centavos) por vaga ocupada;
b) Cr$ 2,88 (dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) por vaga não ocupada.
CLÁUSULA SEXTA
O pagamento a que se refere a cláusula anterior, será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, na Tesouraria da "FUNDAÇÃO", mediante a apresentação de relatório demonstrativo de internamento e desinternamentos verificados, bem como datas e nomes respectivos, e, ainda, o número de vagas não utilizadas durante o mês.
CLÁUSULA SÉTIMA
As despesas decorrentes da execução deste convênio, no valor global máximo de Cr$ 62.496,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos e noventa e seis cruzeiros), correrão por conta do Programa 30: Educação para a Saúde e Assistência, Elemento 3.2.7.0. - Diversas Transferências ocorrentes, Subelemento 3.2.7.6. - Diversos.
CLÁUSULA OITAVA
Em caso de falecimento de qualquer pessoa internada por força deste convenio, a "ASSOCIAÇÃO", tomará todas as providências necessárias ao sepultamento respectivo, sem ônus para a "FUNDAÇÃO", à qual será imediatamente comunicada o fato.
CLÁUSULA NONA
Será mencionada a colaboração da "FUNDAÇÃO" em toda e qualquer divulgação que a "ASSOCIAÇÃO" fizer a respeito do seu programa de atendimentos a pessoas idosas.
CLÁUSULA DÉCIMA
A "ASSOCIAÇÃO" se compromete a fazer provas de Revalidação de sua inscrição, junto à Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente convênio, sob pena de resolução do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
Este convenio vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
Sessenta (60) dias antes do término deste convênio, as partes estudarão as vantagens e necessidades de sua renovação, bem como os recursos essenciais do seu custeio.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
Fica eleito o Foro do Distrito Federal para dirimir qualquer dúvida porventura resultante deste convênio.
Para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se este Termo, que vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo a tudo presentes.
OTOMAR LOPES CARDOSO
P/ "FUNDAÇÃO"
MARIA DA GLÓRIA FREITAS QUINTELLA
P/ "ASSOCIAÇÃO"
CARMEN TEREZA P. F. DOS REIS
Testemunha
ROSANGELA DO CARMO DE CARVALHO
Testemunha

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A.
- S A B -
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 04/72

TOMADA DE PREÇOS PARA ALIENAÇÃO DE: - 13 (treze) veículos inservíveis e antieconômicos, de propriedade da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SOCIEDADE de ABASTECIMENTO de BRASÍLIA S/A - SAB, faz público que às 15:00 horas do dia 07 de julho de 1.972. na Sala do Escritório do Assistente da Diretoria Administrativa, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, trecho 15, nesta Capital, a Comissão de Licitação, presidida pelo Senhor CLOVIS SOUSA BACELLAR, receberá as propostas para venda, pela Sociedade, de veículos inservíveis e antieconômicos, conforme relação anexa mediante as condições do presente Edital.

1.0 - DOS QUE PODEM PARTICIPAR.

1.1 - Poderão apresentar proposta quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, que atenderem às condições estabelecidas no presente Edital.

2.0 - DAS PROPOSTAS.

2.1 - As propostas deverão ser datilografadas em três vias, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preenchidas de acordo com a minuta que se encontra à disposição dos interessados no Serviço de Comunicações e Arquivo da SAB - Esplanada dos Ministérios - Bloco LI - 4º andar.

2.2 - Cada proposta deverá referir-se a apenas um veículo, contendo o preço proposto em algarismo e por extenso.

2.3 - A proposta deverá ser acompanhada de:

I.- Quando se tratar de pessoa física;
a)- 1ª (primeira) via do recibo de caução de que trata o ítem 3.0;
b)- Fotocópia, devidamente autenticada, do documento de identidade.

II- Quando se tratar de pessoa jurídica;
a)- 1ª (primeira) via do recibo de caução de que trata o ítem 3.0;
b)- Declaração indicando o responsável pela retirada do veículo, juntando fotocópia, devidamente autenticada, do documento de identidade do mesmo.

2.4 - O concorrente, no dia e hora fixados, devera apresentar sua documentação e sua proposta, em envelope fechado, contendo em sua parte externa e fronteira os dizeres: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB - Tomada de Preços Nº 04/72 - SAB, e indicando o número do veículo a que se refere a proposta.

2.5 - Não serão tomadas em consideração as propostas:
a)- que contiverem emendas, borrões ou rasuras;
b)- cujo preço proposto não fôr expressamente declarado;
c)- quando o preço proposto fôr inferior ao estabelecido no anexo único;
d)- que não estiverem de acôrdo com as condições estabelecidas neste Edital;
e)- que não forem assinadas pelos representantes legais ou procuradores, em se tratando de pessoa jurídica e pelo proponente, em se tratando de pessoa física.

3.0 - DA CAUÇÃO.

3.1 - Para cada veículo que pretender adquirir, deverá o interessado recolher, prèviamente, à Tesouraria da SAB, em caução, o valor de Cr$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), em moeda corrente do País, mediante guia a ser fornecida pelo Serviço de Administração Financeira da SAB, em 04 vias.

3.2 - Conhecidos os resultados da Tomada de Preços e a ordem de classificação dos licitantes, de acôrdo com o critério deste Edital, as cauções serão devolvidas àqueles que não obtiverem a adjudicação, mediante requerimento ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, exeção feita às cauções correspondentes aos vencedores.

4.0 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 - O recebimento das propostas será iniciado no dia, hora e local previsto neste Edital, pela Comissão Permanente de Licitação da SAB, devendo os trabalhos obedecerem à seguinte ordem:

1º Na presença dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir, serão recebidos os envelopes apresentados devidamente fechados, os quais serão numerados de acôrdo com a ordem de apresentação ao Senhor Presidente da Comissão;

2º - Após o Presidente da Comissão ter declarado encerrado o prazo de recebimento das propostas, nenhuma outra será recebida, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos às mesmas;

3º - Os membros da Comissão, rubricarão as fôlhas das propostas e demais elementos anexos;

4º - Da reunião para recebimento e abertura das propostas, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual tôdas ao ocorrências ficarão minuciosamente registradas, devendo a mesma ser assinada pala Comissão e pelos proponentes que nela fizerem constar alguma observação;

5º - Toda e qualquer declaração deverá constar obrigatòriamente da ata, ficando sem direito de interpor qualquer recurso os proponentes que, presentes, se recusarem a fazer as rubricas referidas na alínea 4º deste ítem.

5.0 - DO JULGAMENTO.

5.1 - O julgamento das propostas será feito pela Comissão Permanente de Licitação da SAB.

5.2 - O critério de julgamento será baseado no preço, sendo a adjudicação, em consequência, conferida aos proponentes que oferecerem os maiores preços.

5.3 - Os casos de empate serão decididos por sorteio, exeção feita aos servidores da SAB, de conformidade com o Artº 42, da Resolução nº 01/71 do Conselho de Administração, desta Sociedade.

5.4 - Feita a classificação dos concorrentes pela Comissão, esta expedirá o processo ao Senhor Diretor Administrativo da SAB, com um relatório salientando quais as propostas mais convenientes para a Sociedade.

6.0 - CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PAGAMENTOS.

6.1 - Após a homologação da Tomada de Preços pela Diretoria do Conselho Administrativo da SAB, e seu resultado publicado no "Distrito Federal" - Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, os vencedores da licitação assinarão na SAB, dentro do prazo de 10 (dez) dias, os necessários contratos de compra e venda, devendo nesse ato apresentarem os documentos referentes ao recolhimento à Tesouraria da SAB, do total do preço proposto, deduzido o valor da caução.

6.2 - O pagamento será à vista, sendo necessária a apresentação da guia de pagamento para retirada do veículo.

7.0 - DO EXAME DAS VIATURAS.

7.1 - As viaturas poderão ser examinadas no pátio do Serviço de Transpêrtes da SAB, no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - Trecho 15, no horário de 7:30 às 11:30 e de 13:30 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira.

8.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS.

8.1 - A SAB, se reserva o direito de anular no todo ou em parte a presente licitação sem que, com isso, caiba aos licitantes o direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.

8.2 - Após efetuado o pagamento do veículo, o adquirente terá o prazo de 5 (cinco) dias para retirar o veículo a êle adjudicado.

Parágrafo Único - Decorrido êste prazo, ficará o comprador sujeito à taxa de armazenamento, no valor de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) por dia de atraso, não se responsabilizando a SAB por quaisquer danos ou sinistros que possam ocorrer ao veículo neste espaço de tempo.

8.3 - Tôdas as despesas decorrentes da retirada dos veículos correrão por conta do adquirente, bem como àquelas que se fizerem necessárias à transferência de propriedade.

8.4 - O não cumprimento das exigências contidas no ítem 6.1, implicará na perda da caução e, consequentemente, na convocação do segundo colocado, a quem será entregue o veículo, desde que, o mesmo se comprometa a pagar o preço preço proposto pelo proponente que foi classificado em 1º (primeiro) lugar, e ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias após sua convocação, para as providências necessárias.

8.5 - Os veículos serão entregues aos vencedores no estado em que se encontram.

8.6 - Quaisquer outras informações sôbre a presente Tomada de Preços, poderão ser obtidas na Comissão de Licitação da SAB, na Sala do Escritório do Presidente, no endereço citado, no horário de expediente de 8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas.

Brasília, 15 de junho de 1.972.

CLOVIS SOUSA BACELLAR
Presidente da CPL

"-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB"

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS VIATURAS DISPONÍVEIS PARA SEREM ALIENADAS

ANEXO A QUE SE REFERE O EDITAL Nº 04/72 - SAB

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO						PREÇO MÍNIMO
	Nº DE ORDEM	PLACA ATUAL	PLACA ANTERIOR	MARCA E TIPO	ANO DE FABRICAÇÃO	Nº MOTOR OU CHASSIS	
001	07	OF. 03-77	97-72	KOMBI-VOLKS	1.964	B.239.169	Cr$: 1.600,00
002	08	OF. 03-68	97-66	KOMBI-VOLKS	1.963	B.61377	Cr$: 2.000,00
003	09	OF. 28-87	97-65	KOMBI-VOLKS	1.963	B.45667	Cr$: 2.300,00
004	10	OF. 34-94	1-04-30	RURAL-WILLES	1.965	B5-234.651	Cr$: 2.100,00
005	12		97-75	PICK-UP-WILLYS	1.965	B5-234.958	Cr$: 600,00
006	14	CA. 05-58	97-77	PICK-UP-WILLYS	1.965	B5-234.963	Cr$: 1.100,00
007	15	CA. 00-14	97-73	PICK-UP-WILLYS	1.965	B5-234.586	Cr$: 1.800,00
008	17	OF. 34-80	67-09	FORD - F.100 CAMIONETE	1.960	F10AA15B-18614	Cr$: 3.200,00
009	22	OF. 34-89	97-70	FORD - F.350 CAMIONETE	1.963	F35AA3SB-16754	Cr$: 2.500,00
010	23	OF. 00-13	68-13	FORD - F.350 CAMIONETE	1.962	F35AA2SB-118477	Cr$: 3.800,00
011	27	CM. 04-01	71-45	FORD - F.350 CAMIONETE	1.960	10513466	Cr$: 1.500,00
012	42	OF. 34-81	60-59	FORD - F.350 CAMIONETE	1.961	F35.25B-11823	Cr$: 4.200,00
013	44		66-34	MERCEDES-BENZ CAMINHÃO	1.960	OB326.974.0700033	Cr$: 2.000,00
T O T A L:.....							Cr$:28.700,00

G D F
Assessoria de Comunicação Social
ATOS OFICIAIS
- PUBLICADO -

Brasília-DF, de junho de 1.972

CLOVIS SOUSA BACELLAR
Presidente da CPL

GDF - SEC - FEDF
DIRETORIA GERAL DE PEDAGOGIA

EDITAL

A Diretoria Geral de Pedagogia, pelo presente Edital, informa que estarão abertas, nos dias 19, 20 e 21 de junho de 1972, no horário de 9.00 às 11.00 e de 14.00 às 17.30 horas, na sala 213 do Edifício Venâncio III, as inscrições para 4 (quatro) bolsas de estudos para licenciatura de curta duração em Artes Industriais para escolas do 1º Grau.
Os candidatos deverão ser professores de Artes Industriais em efetivo exercício na rede de ensino oficial do Governo do Distrito Federal.
No ato da inscrição deverão apresentar:
1. Certificidado de conclusão do curso do antigo 2º ciclo do ensino médio;
2. Carteira de identidade;
3. Título de eleitor;
4. Atestado médico que comprove saúde física e mental;
5. Prova de quitação com o serviço militar;
6. Comprovante de que é professor de Artes Industriais da rede oficial.
(Declaração do Diretor da unidade escolar onde leciona)
O curso será realizado no CETEB, em Brasília, no início do segundo semestre.

Brasília, 14 de junho de 1972.

CLÉLIA DE FREITAS CAPANEMA
Diretora Geral de Pedagogia

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CITAÇÃO

O Secretário da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria de 18 de abril de 1972, do Exmo. Senhor Secretário de Administração do Distrito Federal, em cumprimento de ordem da Sra. Presidenta da Comissão e tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 222, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, C I T A, pelo presente Edital, EDSON ABÍLIO JANUZZI, Redator, nível 20, matrícula nº 9.632, do QPPDF para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste no "Distrito Federal" e no "Correio Braziliense", comparecer à sede desta Comissão, no 16º andar do Edifício Brasília, Sala 1603, Setor Bancário Sul, nesta Capital, a fim de apresentar defesa escrita no processo administrativo a que responde, sob pena de revelia.

Brasília, 14 de junho de 1972

JOSÉ BONIFÁCIO ALEXANDRE
Secretário

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CITAÇÃO

A Secretária da Comissão de Processo Administrativo, designada pela portaria de 4 de maio de 1972, do Exmo. Senhor Secretário de Administração do Distrito Federal, em cumprimento de ordem do Sr. Presidente da Comissão e tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 222, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, C I T A, pelo presente Edital, JOÃO RODRIGUES ROSA, Carpinteiro, nível 12-D, matrícula nº 14.664, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste no "Distrito Federal" e no "Correio Braziliense", comparecer à sede desta Comissão, no 16º andar do Edifício Brasília, Sala 1603, Setor Bancário Sul, nesta Capital, a fim de apresentar defesa escrita no Processo Administrativo a que responde, sob pena de revelia.

Brasília, 12 de junho de 1972

MERCIA ALMEIDA RAMOS
Secretária

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
EDITAL CITAÇÃO

A Secretária da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria de 18 de abril de 1972, do Exmo. Senhor Secretário de Administração do Distrito Federal, em cumprimento à ordem da Senhora Presidente da Comissão e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 222, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, C I T A, pelo presente Edital a MERY SCHETINI PEREIRA, Professora do Ensino Médio, Código MG1-02-19, matrícula nº 7312, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste no "Distrito Federal" e no "Correio Braziliense", comparecer à sede desta Comissão, na sala 1603, 16º andar do Edifício Brasília, Setor Bancário Sul, nesta Capital, a fim de apresentar defesa escrita no processo administrativo a que responde, sob pena de revelia.

Brasília, 13 de junho de 1972

MERCIA ALMEIDA RAMOS
Secretaria

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Juiz Mauro Renan Bittencourt, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Setor de Diversões Sul - Edifício Venâncio III 5º andar, que constam da pauta para a sessão que se realizará no dia 29 de junho de 1972 (quinta-feira) às 16.00 horas, ou sessão subsequente, processos com julgamento iniciados ou adiados e constante de pautas anteriores, publicadas e mais o (s) seguinte (s) feito (s):

Recurso Voluntário nº JRF/RV - 04/72
Recorrente: Companhia Jauense Industrial
Recorrida: Divisão de Tributos Diversos
Relator: Juiz Cláudio Oscar de Carvalho Sant'Anna

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, em 13 de junho de 1972.

P/RIVIA BARRETO MOURA
Chefe da Secretaria

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

O Diretor do Centro de Seleção e Treinamento no uso de suas atribuições regimentais torna público o Gabarito que será utilizado na prova de Títulos para o Concurso Público de Inspetor do Ensino Médio, realizado conforme Edital nº 006/72-CEST publicado no "Distrito Federal" nº 22 de 9 de fevereiro de 1972.

Gabarito

NOTA FINAL	RESERVADO À BANCA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

GABARITO PARA JULGAMENTO DA PROVA DE TITULOS

CARGO: _____

NOME: _____

INSCRIÇÃO: _____ DATA: _____

Diploma de Pedagogia ou Administração Escolar = 40 pontos

NOTA FINAL = 40 + o nº de pontos obtidos de acordo com o gabarito em anexo convertidos dentro de uma escala de 0 a 60, sendo que o maior número de pontos obtidos por um dos candidatos valerá 60 e os pontos obtidos pelos demais candidatos variarão proporcionalmente (regra de 3).

Nº de títulos apresentados .....

Nº de pontos obtidos de acordo com o gabarito anexo .....

Nº de pontos convertidos (de 0 a 60) .....

NOTA FINAL. 40 + ... = ...

GABARITO PARA JULGAMENTO DE TITULOS

	GABARITO PONTOS	TITULOS (UNIDADE)	TOTAL DE PONTOS
1 - Título de pós-graduação expedido por Universidade reconhecida:			
a) relativo ou afim com o cargo pretendido..	20		
b) de natureza diversa	15		
2 - Diploma de licenciado, exceto em Pedagogia e Administração Escolar	20		
3 - Diploma de curso de nível superior de natureza diversa do cargo pretendido	10		
4 - Certificado ou diploma de curso de 2º grau, em nível técnico:			
a) que guarde relação com o cargo	5		
b) de natureza diversa	2		
5 - Curso de extensão, aperfeiçoamento, especialização ou treinamento que guarde relação com o cargo pretendido:			
a) com aproveitamento e duração igual ou superior a 500 horas	10		
b) com aproveitamento e duração igual ou superior a 200 horas	7		
c) com aproveitamento inferior a 200 horas.	3		
d) com título obtido por freqüência	1		
6 - Certificados ou diplomas de outros cursos :			
a) com aproveitamento	2		
b) com freqüência	0,5		
7 - Estágio relacionado com o cargo pretendido:			
a) igual ou superior a 6 meses	5		
b) inferior a 6 meses	2		

	GABARITO PONTOS	TITULOS (UNIDADE)	TOTAL DE PONTOS
8 - Atividade docente em Curso de nível superior em qualquer disciplina que guarde relação com o cargo pretendido:			
a) como professor titular ou equivalente	20		
b) como professor adjunto ou equivalente....	15		
c) como professor assistente ou equivalente.	10		
d) como auxiliar de ensino ou instrutor	6		
9 - Atividade docente como professor em Curso de nível superior em qualquer outra disciplina	5		
10 - Atividade docente como professor em curso do antigo nível médio:			
a) em disciplina que guarde relação com o cargo pretendido	8		
b) em disciplina de natureza diversa	4		
11 - Atividade docente como professor em curso do antigo nível elementar	3		
12 - Coordenação ou supervisão de cursos:			
a) de extensão universitária relacionados com o cargo pretendido	3		
b) de outra natureza	1		
13 - Outras atividades docentes:			
a) em cursos de nível superior	3		
b) em cursos em nível do antigo médio	2		
c) em cursos em nível do antigo elementar...	1		
14 - Participação em Bancas Examinadoras de cursos, provas ou concursos que guardem relação com o cargo pretendido:			
a) em nível superior	6		
b) em nível médio	5		
15 - Participação em quaisquer outras Bancas Examinadoras de cursos, provas ou concursos:			
a) de nível superior	4		
b) de nível médio	3		
c) de nível elementar	1		
16 - Aprovação em quaisquer concursos ou provas para o exercício de atividades que guardem relação com o cargo pretendido.....	10		
17 - Aprovação em concursos ou provas para o exercício de funções de outra natureza:			
a) de nível superior	6		
b) de nível médio	4		
c) de nível elemenar	2		
18 - Exercício de funções de alto nível na Administração Pública (primeira linha hierárquica na estrutura organizacional).....	16		
19 - Exercício efetivo de cargo ou função igual ou quivalente, ao cargo pretendido	12		
20 - Exercício de cargo ou função de direção, assistente superior na Administração Pública ou Emprêsa Privada :			
a) em atividade que guarde relação com o cargo pretendido	10		
b) em atividade de outra natureza	6		
21 - Exercício de quaisquer outros cargos de chefia ou função em comissão:			
a) em atividade que guarde relação com o cargo pretendido	8		
b) em atividade de outra natureza	4		
22 - Designação para substituto eventual em qualquer cargo de chefia ou função em comissão:			
a) em atividade que guarde relação com o cargo pretendido	4		
b) em atividade de outra natureza.....	2		

	GABARITO PONTOS	TITULOS (UNIDADE)	TOTAL DE PONTOS
23 - Exercício de quaisquer outras funções de natureza diversa ao cargo pretendido na Administração Pública ou Emprêsa Privada.	1		
24 - Participação em Congresso, Seminário ou Simpósio que guarde relação com o cargo pretendido:			
a) com apresentação de trabalho	7		
b) sem apresentação de trabalho	2		
25 - Participação em Congresso, Seminário ou Simpósio de outra natureza:			
a) com apresentação de trabalho.....	3		
b) sem apresentação de trabalho	0,5		
26 - Conferências e palestras proferidas:			
a) versando sobre assunto que guarde relação com o cargo pretendido	4		
b) versando sobre assunto de natureza diversa	2		
27 - Publicação de livros e teses que guardem relação com o cargo pretendido:			
a) de autoria exclusiva do candidato	16		
b) em colaboração	8		
28 - Outras publicações isoladas (artigos, pareceres, trabalhos técnicos ou comentários) que guardem relação com o cargo pretendido:			
a) de autoria exclusiva do candidato	4		
b) em colaboração	2		
29 - Autoria de apostilas:			
a) que guardem relação com o cargo pretendido	2		
b) de outra natureza	0,5		
30 - Publicações versando sobre assuntos de natureza diversa ao cargo pretendido:			
a) livros e teses	6		
b) artigos, pareceres, comentários trabalhos técnicos	1		
31 - Traduções ou versões sobre assuntos que guardem relação com o cargo pretendido (feitas exclusivamente pelo candidato):			
a) de livros	5		
b) de artigos	2		
32 -Traduções ou versões diversas	1		
33 - Distinções profissionais:			
a) que guardem relação com o cargo pretendido	6		
b) de outra natureza	2		
34 - Participação em associações, grupos de trabalho, juntas, conselhos e comissões.			
a) desenvolvendo atividades que guardem relação com o cargo pretendido	2		
b) desenvolvendo atividades de natureza diversa	1		
35 - Outros títulos não especificados nos itens anteriores(até um máximo de 5 pontos).....	0,5		

A D F
Assessoria de Organização Social
ATOS OFICIAIS
PUBLIQUE-SE

Brasília, 15 de junho de 1972
JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

EDITAL Nº 034/72-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Inciso XI, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" nº 511, de 24 de junho de 1966, torna públicas as Instruções Reguladoras do III CURSO DE TREINAMENTO DE SUPERVISORES, criado pelo Decreto nº 1317 de 1970, do Governo do Distrito Federal.

1 - DOS OBJETIVOS

1.1 - Promover o treinamento de *chefes, assessores* e outros funcionários, visando a familiarizá-los com modernas técnicas da administração.

1.2 - Proporcionar oportunidade para identificação de novos valores humanos.

1.3 - Aumentar a produtividade dos recursos humanos do conjunto administrativo do Distrito Federal, através de um consistente programa de qualificação de pessoal, simplificação dos métodos e rotinas de trabalho.

1.4 - Organizar os quadros de dirigentes do Governo do Distrito Federal, mediante formação e aperfeiçoamento de Administradores capacitados a garantir a qualidade, produtividade e continuidade da ação governamental.

1.5 - Integrar os dirigentes dos diversos órgãos do Governo do Distrito Federal no mesmo espírito de colaboração mútua, através do intercâmbio de experiências e da participação ativa na solução de problemas.

2 - DOS PARTICIPANTES E DA INSCRIÇÃO

2.1 - De acordo com o Decreto nº 1317, de 1970, do Governo do Distrito Federal, serão inscritos "ex-officio" no Curso de Treinamento de Supervisores, ocupantes de cargos ou função em comissão, funções gratificadas, empregos em comissão da Administração Centralizada e Descentralizada do Distrito Federal, a serem indicados pelos titulares de Órgãos ou Secretarias, *de acordo com o número de vagas oferecidas pelo CEST.*

2.2 - Poderão ainda, na forma do mesmo Decreto participar do Programa, quaisquer servidores pertencentes ao Conjunto Administrativo do Distrito Federal, obedecidas as seguintes condições:

2.2.1 - Sejam autorizados pela chefia imediata através de declaração a ser apresentada no ato da inscrição, que se realizará no período de 19 a 28 de junho de 1972, no horário de 14 às 18 h, na sede do CEST (Setor de Garagens - Área Especial nº 1).

2.2.2 - Sejam aprovados em teste seletivo a ser organizado pelo Serviço de Seleção do CEST, dia 30 de junho de 1972, às 14 horas, no mesmo local das inscrições.

2.3 - Todos os participantes serão submetidos a um teste psicotécnico, sendo que nos casos previstos no item 2.2 terá caráter seletivo e eliminatório.

2.3.1 - O psicotécnico para todos os participantes realizar-se-á nos dias 05 e 07 de julho próximo, no horário de 14:30 h.

2.4 - Os participantes deverão apresentar 1 foto 3 x 4 e preencher um formulário próprio, a ser fornecido pelo Serviço de Treinamento Funcional, em que serão registrados:

- dados pessoais e funcionais;
- opção por horário;
- escolha de uma disciplina para complementação de currículo.

2.4.1 - As opções feitas não poderão ser alteradas no decorrer do Curso.

2.5 - Para efeito de cancelamento de inscrição, o titular do Órgão ou Secretaria a que estiver subordinado o participante, deverá dirigir-se ao Secretário de Administração fazendo a solicitação, até 24 horas antes da data de início do Curso.

2.6 - As inscrições, cancelamentos, trancamento de matrículas e desligamento do Curso nos casos previstos neste Edital serão homologadas pelo Secretário de Administração do Distrito Federal e publicadas no "DISTRITO FEDERAL".

3 - DAS TURMAS E DAS VAGAS

3.1 - Neste III Programa serão oferecidas aos candidatos um total de 300 (trezentas) vagas, sendo 280 (duzentas e oitenta) para participantes previstos no item 2.1 e 20 (vinte) no caso do item 2.2.

3.2 - Serão organizadas 10 (dez) turmas, até o limite de 30 vagas em cada uma e os participantes serão distribuídos em grupos a serem assim constituídos:

Nº DE TURMAS	GRUPO	PARTICIPANTES
2	A	Ocupantes de funções de assessoramento e direção superior de acordo com sua complexidade;
4	B	Ocupantes de funções de assessoramento e chefia intermediária, de acordo com sua complexidade;
4	C	Ocupantes de funções de Chefe de Seção e Secretário- Datilógrafo de acordo com sua complexidade;

3.3 - Procurar-se-á, dentro do mesmo grupo, homogeneizar as turmas quanto ao nível intelectual.

3.4 - O Centro de Seleção e Treinamento colocará à disposição dos órgãos da Administração Direta e Indireta as vagas a serem assim distribuídas:

ÓRGÃO	GRUPO	Nº DE VAGAS OFERECIDAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	A	2
	B	3
	C	6
SECRETARIA DE SAÚDE	A	-
	B	1
	C	1
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	A	1
	B	2
	C	2
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	A	1
	B	1
	C	2
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	A	-
	B	2
	C	1
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	A	1
	B	1
	C	2
SECRETARIA DE FINANÇAS	A	3
	B	6
	C	2
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	A	1
	B	1
	C	1
SECRETARIA DO GOVERNO	A	2
	B	2
	C	2
COMPANHIA DE DESENV. DO PLANALTO	A	1
	B	1
	C	1
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO D.F.	A	10
	B	50
	C	35
FUNDAÇÃO CULTURAL DO D.F.	A	2
	B	1
	C	1
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO D.F.	A	1
	B	1
	C	1
SOCIEDADE DE HAB. DE INTERESSE SOCIAL	A	1
	B	1
	C	2
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO D.F.	A	13
	B	9
	C	9
DEPTº DE ESTRADAS DE RODAGEM DO D.F.	A	1
	B	2
	C	2
CIA. DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA	A	2
	B	4
	C	5
CIA. URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL	A	4
	B	9
	C	6
CIA. DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA	A	3
	B	5
	C	1
CIA. DE TELEFONES DE BRASÍLIA	A	1
	B	2
	C	1
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA	A	1
	B	-
	C	2
DEPTº DE EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREAÇÃO	A	1
	B	1
	C	1
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO D.F.	A	4
	B	1
	C	4
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA	A	1
	B	4
	C	5
ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	A	1
	B	-
	C	9
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	A	1
	B	2
	C	1
PROCURADORIA GERAL	A	-
	B	-
	C	2
DEPARTAMENTO DE TURISMO	A	1
	B	2
	C	1

3.5 - Os participantes que forem indicados deverão se apresentar nas datas estipuladas pelo Centro de Seleção e Treinamento a fim de se submeterem ao psicotécnico.

3.6 - Os participantes do II CURSO DE TREINAMENTO DE SUPERVISORES que não lograram aprovação em uma das disciplinas constantes daquele Curso serão inscritos "ex-officio" pelo CEST neste Programa em disciplina equivalente.

3.7 - No caso do item anterior, o participante que deixar de freqüentar o Curso sem motivo, será automaticamente eliminado do mesmo.

4 - DO PERÍODO, HORÁRIO E LOCAL

4.1 - As atividades didáticas serão realizadas no período compreendido entre 7 de agosto e 10 de novembro de 1972, nos horários de 8:00 às 12:00 h. ou de 14:00 às 18:00 h., num total de 190 horas-aula para cada turma.

4.2 - As aulas serão ministradas na sede do CEST, durante 4 dias por semana, segundo o esquema abaixo:

DIAS DA SEMANA / TURNO	2a. feira	3a. feira	4a. feira	5a. feira	6a. feira
Matutino (08 às 12)	At. didát.	At. didát.	DIA LIVRE	At. didát.	At. didát.
Vespertino (14 às 18)	At. didát.	At. didát.	DIA LIVRE	AT. didát.	At. didát.

4.3 - Os participantes deverão optar, de comum acordo com a Chefia imediata, pelo turno em que freqüentarão as aulas, registrando sua escolha na ficha de inscrição.

5 - DO CURRÍCULO

5.1 - Constarão do Programa, em todos os níveis, obrigatoriamente, as seguintes disciplinas, variando, apenas, a gradação de dificuldades:

SEMINÁRIO SOBRE REFORMA ADMINISTRATIVA	08 h/aula
DINÂMICA DE GRUPO E RELAÇÕES HUMANAS	20 h/aula
ESTATÍSTICA	20 h/aula
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Estrutura e Funcionamento	32 h/aula
PLANEJAMENTO: Teoria e Instrumentos	30 h/aula
RELAÇÕES PÚBLICAS	10 h/aula
LEGISLAÇÃO APLICADA	20 h/aula
COMUNICAÇÃO	20 h/aula

5.2 - Além das disciplinas discriminadas no item anterior, os participantes deverão obrigatoriamente optar por uma disciplina entre as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	30 h/aula
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	30 h/aula
ORÇAMENTO PROGRAMA: Elaboração e Execução	30 h/aula
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	30 h/aula
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTELECTUAL	30 h/aula
TÉCNICAS DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO	30 h/aula

5.3 - O participante, estudante ou formado em Curso Superior, ministrado por Universidade, que já tiver obtido crédito numa das disciplinas constantes do item 5.1, poderá requerer ao Diretor do CEST a dispensa da disciplina, desde que apresente o comprovante da Universidade, juntamente com o Programa cursado.

5.4 - Somente serão ministradas as disciplinas opcionais que tenham no mínimo 20 inscrições, cabendo ao CEST redistribuir os participantes das turmas que não atingirem o mínimo estabelecido.

6 - DAS ATIVIDADES

6.1 - As atividades do Curso serão pragmatistas e terão caráter indutivo.

6.2 - O Curso será ministrado por professores de reconhecida competência, previamente designados pelo Diretor do Centro de Seleção e Treinamento.

6.3 - O Curso terá todas as suas atividades programadas, controladas e coordenadas por um ou mais coordenadores sob supervisão da Chefia do Serviço de Treinamento Funcional.

6.4 - Os professores deverão, antes no início do Curso, apresentar ao coordenador o seu plano de curso, bem como ao final, um breve relato de suas atividades.

6.5 - Compete, ainda ao coordenador ao final de todas as atividades do Curso, reunir num único documento, os relatórios apresentados pelos professores, bem como outras sugestões ou observações necessárias e encaminhá-los à Chefia do Serviço de Treinamento Funcional.

6.6 - Cabe também aos professores, responsáveis pelo treinamento em áreas específicas, avaliar a aprendizagem e emitir conceitos quanto às atividades efetuadas pelos participantes durante o Curso.

6.7 - O professor, no desenvolvimento do conteúdo de sua matéria, deverá utilizar-se de recursos audiovisuais e de variados procedimentos didáticos, destacando-se:

- pesquisas
- trabalhos de grupo
- debates orientados
- palestras
- textos programados ativos
- testes

7 - DA FREQÜÊNCIA

7.1 - As aulas serão consideradas como de efetivo exercício no cargo, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 1317 de 24.03.70.

G D F

7.2 - Será desligado do Curso, o participante que exceder o limite de 10% (dez por cento) de faltas do total de aulas dadas por disciplinas.

7.3 - Mediante requerimento fundamentado do interessado, poderá o Diretor do CEST autorizar trabalho extra-classe orientado pelo professor da disciplina, para abono de faltas até o limite de 10% das aulas dadas em cada disciplina.

7.4 - No decorrer do Curso, somente poderá trancar matrícula o participante que não houver ultrapassado o limite

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

do faltas previstas e desde que haja autorização do Diretor do CEET, face aos motivos que deverão ser apresentados pelo titular do Órgão ou Secretaria que tiver feito ou autorizado a inscrição do participante.

7.5 - O participante que incidir no item 7.2 sem justificativa, ficará impedido de freqüentar outros cursos do CEET pelo prazo de 1 ano.

7.6 - A freqüência dos partícipantes será enviada mensalmente ao Órgão de origem, enquanto perdurar o Curso.

8 - DA AVALIAÇÃO

8.1 - Compete aos professores responsáveis pelo treinamento em áreas específicas, aplicar aos treinandos menção de conceito da disciplina sob sua responsabilidade.

8.2 - Serão atribuídos os seguintes conceitos:

SS - SUPERIOR
MS - MÉDIO SUPERIOR
MM - MÉDIO
I - INSUFICIENTE

8.3 - O professor deverá avaliar constantemente a aprendizagem do aluno no decorrer de todo o Curso, através de observações pessoais, da participação do aluno em trabalhos de grupo, de pesquisa e em testes, dando ciência ao participante de seu aproveitamento e registrando na caderneta de classe todas as informações obtidas.

8.4 - Considerar-se-á apto o participante que, além de satisfazer as exigências constantes da presente programação, obtiver SS, MS ou MM de conceito em todas as disciplinas.

8.5 - O participante que não lograr aprovação em apenas uma disciplina terá direito a recuperação através de participação em novo Programa, na matéria em pendência.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - O Centro de Seleção e Treinamento providencia a expedição do competente certificado para a valorização de vida funcional aos participantes que forem considerados aprovados no Curso.

9.2 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do CEET.

Brasília, 13 de junho de 1972

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Diretor

HOMOLOGO.
Brasília, 14 de junho de 1 972.

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração do
Distrito Federal

Agência Central
" Asa Norte
" Bandeirante
" Gama
" Planaltina
" S.I.A.
" Sobradinho
" Taguatinga
" W/3

BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S.A.

ED. BRASÍLIA - LOTE A - SBS - CAIXA POSTAL 601
BRASÍLIA - D. F.

CARTA PATENTE Nº I-321 DE 12/07/66 - CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES - INSCRIÇÃO Nº 00.000.208/1
(Compreendendo Matriz e Agências)

BALANCETE GERAL
EM: 31/05/72

ATIVO				PASSIVO			
DISPONÍVEL			10.574.689,24	NÃO EXIGÍVEL			
REALIZÁVEL				CAPITAL			
EMPRÉSTIMOS				DE DOMICILIADOS NO PAÍS	20.000.000,00		
À PRODUÇÃO	57.566.318,35			DE DOMICILIADOS NO EXTERIOR	---	20.000.000,00	
AO COMÉRCIO	32.252.991,43			AUMENTO DE CAPITAL		10.000.000,00	
À ATIVIDADES NÃO ESPECIFICADAS	103.459.185,13	193.278.494,91		RESERVAS E FUNDOS		15.356.806,85	45.356.806,85
OUTROS CRÉDITOS				EXIGÍVEL			
BANCO CENTRAL-RECOLHIMENTOS	8.251.262,00			DEPÓSITOS:			
CHEQUES, DOCUMENTOS E ORDENS A RECEBER	148.016,41			À VISTA E A CURTO PRAZO			
COMPENSAÇÃO - N/ REMESSA	5.075.745,43			DO PÚBLICO	27.604.878,53		
COMPENSAÇÃO - A DEVOLVER	39.048,63			DE ENTIDADES PÚBLICAS	136.072.562,48	163.677.441,01	
CORRESPONDENTES NO PAÍS	1.746.026,37			OUTRAS EXIGIBILIDADES			
DEPARTAMENTOS NO PAÍS	34.880.960,38			CHEQUES E DOCUMENTOS A LIQUIDAR	2.715,00		
OUTRAS CONTAS	9.521.330,35	59.662.389,57		COMPENSAÇÃO-SUA REMESSA	12.305.550,80		
VALORES E BENS				ORDENS DE PAGAMENTO	665.942,51		
TÍTULOS À ORDEM DO BANCO CENTRAL	---			DEPARTAMENTOS NO PAÍS	34.218.734,72		
OUTROS VALORES	106.922.407,36	106.922.407,36		OUTRAS CONTAS	305.564,84	47.498.507,87	
BENS		1.308.250,00	361.171.541,84	OBRIGAÇÕES (ESPECIAIS)			
IMOBILIZADO				RECEBIMENTOS DE IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	446.494,08		
IMÓVEIS DE USO, REAVALIAÇÃO E IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO		378.974,40		RECEBIMENTOS POR CONTA DO TESOURO NACIONAL	81.127,70		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS E ALMOXARIFADO		3.288.088,42		DEPÓSITOS OBRIGATÓRIOS - FGTS	1.484.124,07		
SISTEMA DE MECANIZAÇÃO AVANÇADA, SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E SISTEMA DE SEGURANÇA		581.222,05		OBRIGAÇÕES POR REFINANCIAMENTOS E REPASSES OFICIAIS	106.720.291,08		
INSTALAÇÃO DA SOCIEDADE		21.364,65	4.269.649,52	OUTRAS CONTAS	1.854.232,25	110.556.269,16	321.732.218,06
RESULTADO PENDENTE			8.267.861,41	RESULTADO PENDENTE			17.194.717,10
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			210.752.710,58	CONTAS DE COMPENSAÇÃO			210.752.710,58
			595.036.452,59				595.036.452,59

BRASÍLIA-DF., 31 DE MAIO DE 1972

ANTÔNIO FRAGOMENI -DIRETOR-PRESIDENTE-
LUIZ G. FURTADO DE ANDRADE -DIRETOR-
ANTÔNIO F. ÁLVARES DA SILVA -DIRETOR-
MARCELINO FEDERAL HERMIDA -DIRETOR-
SILVINO WERNECK TEIXEIRA -DIRETOR-
FERDINANDO CERQUEIRA CONTADOR GERAL TC. CRC - DF. Nº 610

"1972 - SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA"

"OUTUBRO - IX CONGRESSO NACIONAL DE BANCOS"

AVISO

A GRÁFICA BRASIL CENTRAL LTDA. avisa que foram roubados do interior de uma Kombi, todos os seus Documentos Fiscais, conforme ocorrência da 1a. DGI nº 172 e 197 de 02/03/71.

Não permita que crianças brinquem com fogos de artifícios, fósforos, ou soltem balões. Essas brincadeiras, aparentemente inocentes, podem transformar-se em imprevistas catástrofes.

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 0,20